

A história de uma saga



Contemporâneo do futuro

Juscelino Kubitschek estaria completando hoje 79 anos. Saudades de Nonô, saudades daquela época de inflação vertiginosa que alcançou 30% em 1960. A inauguração do Memorial em sua homenagem instala a lembrança oficial que se ajusta a outra, popular, de tempos discutidos, debatidos, sofridos e nem por isso menos brasileiros.

JK virou estátua e do alto dos 28 metros contempla sua obra; a meta síntese daqueles anos loucos em que o país mudou. Cinquenta anos em cinco, o que pode ter-se constituído apenas numa legenda. Quem sabe, quarenta ou trinta anos em cinco? Na realidade, isto pouco importa. Há um divisor de águas na história, porque JK reciclou o Brasil e dirigiu este país complexo no sentido do desenvolvimento. Dividiu o tempo em duas eras: antes e depois de seu governo.

Aconteceu uma corrida contra o tempo. Os conservadores repetiram o Velho do Restelo lembrado por Camões. Taciturnos balançavam a cabeça sob a alegação de que aquilo não ia dar certo. Saudades de Nonô, da audácia de um país tropical fabricar automóveis, abrir estradas, voltar-se para seu interior, construir uma nova capital. Tudo isto com música, com espírito, com bom humor. Bons tempos aqueles que era possível sonhar com um futuro que aos trancos e barrancos conheceu naquele período — marco decisivo.

Uma característica do período JK foi a tolerância política. Anistiou militares rebelados, conversou com irados estudantes esquerdistas, negociou com empresários, contornou exigências do Fundo Monetário Internacional. Conseguiu atrair investimentos externos numa época em que a oposição enxergava no tropicalismo brasileiro a explicação para a absoluta

impossibilidade de desenvolver aqui uma indústria organizada.

Foi assim, negociando à direita e à esquerda, que JK criou a mística do desenvolvimentismo — termo que em seu governo ganhou conotação específica. Desenvolver o país passou a se constituir na razão de ser do poder central. A corrida em favor do desenvolvimento legitimou seu projeto, porque o governo havia, antes, passado pela legitimação das eleições. Foi um período democrático que, combinando as duas linhas, negociação política e desenvolvimento, conseguiu um prodígio na política brasileira: JK foi o único presidente da República a começar e terminar seu mandato desde a Revolução de trinta até a de 64.

Mais: entregou o governo a um sucessor eleito pela oposição que, horas depois de empossado, fez violento discurso condenando os excessos da era JK. Isto só acontece em democracias. A importância daquele período de governo tor-

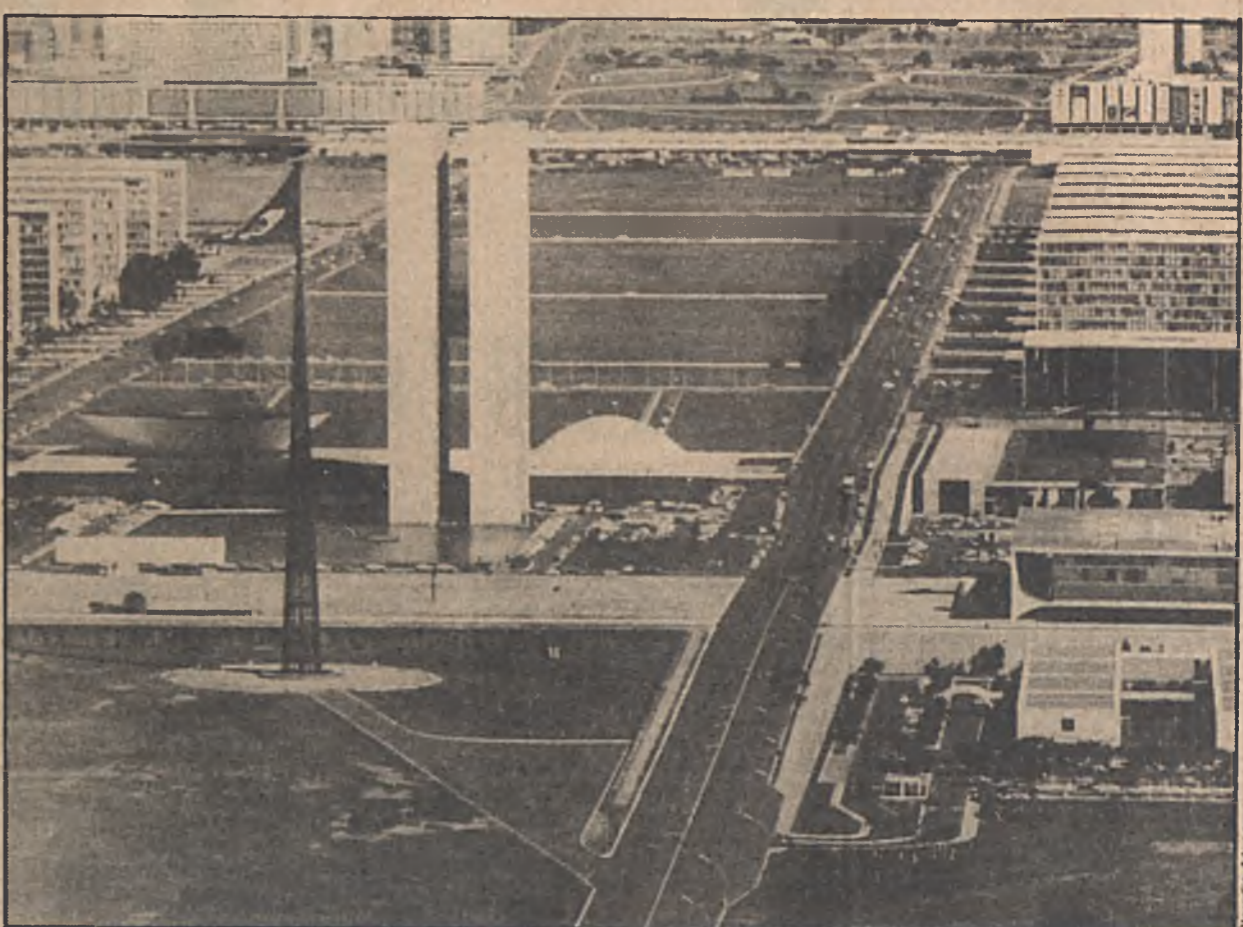
na-se mais nítida se for lembrado o Brasil da época. Era um país com pouco mais de cinquenta milhões de habitantes que viviam tempos ingênuos. Dois para lá, dois para cá, aviões da Panair, usque com guaraná. Tudo importado, caminhões, automóveis, idéias, fábricas. Um país conformado em habitar o litoral, desconhecer seu interior, mais que isso, conformado em ser um grande exportador de café, uma espécie de fazenda inquilina pela vastidão do território e pela impossibilidade de explorá-lo.

O que aconteceu aqui entre 1956 e 1960 terá várias explicações. Mas a industrialização modificou substancialmente áreas inteiras do país. A expansão em direção ao centro-oeste, de que Brasília é marca registrada, trouxe o desenvolvimento para regiões esquecidas do território. A estrada das onças, designação rançosa de um ex-presidente para a Belém-Brasília, hoje tem quase três milhões de habitantes ao longo de

seu trajeto. O norte ligou-se ao sul através daquela rodovia.

Estes são, no entanto, exemplos de obras marcantes. Mas o que dizer do asfaltamento da rodovia que liga Beló Horizonte ao Rio de Janeiro? Visto com olhos de hoje, aquele foi um trabalho sem importância — mas foi JK, que ligou os mineiros ao sul do país por estrada de asfalto. Em 1957. Pequenas obras como aquela ou grandes empreendimentos, de que a industrialização é magnífico exemplo, evidenciam que outro país surgiu daquele curto espaço de tempo, os cinco anos do mandato de JK.

A velocidade do desenvolvimento e a rapidez das mudanças apagam alguns registros na memória. Alguns, mas nem todos. Não há como esquecer que vinte e poucos anos atrás no local onde hoje existe Brasília havia cerrado virgem e inexplorado. Mata pura. Saudades de Nonô.



A visão do impossível: em 1957, Brasília existia apenas no desenho feito pelos tratores no cerrado da Esplanada dos Ministérios e da praça dos três Poderes

Por que fazer uma capital no planalto?

Dia 27 de outubro de 1957 caiu a primeira árvore no Planalto Central vítima da saga dos pioneiros que começaram a chegar às lavas, aquela região. Pouco mais de dois anos depois, ministros, diplomatas, parlamentares, autoridades — preocupados com poeira e desconforto, participavam da festa de inauguração da nova Capital do Brasil. Entre 27 de outubro de 1957 e 21 de abril de 1960 aconteceu algo de muito estranho neste país, sem paralelo na história, sem precedentes claros, sem razões nítidas.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, em plena campanha eleitoral, foi interpelado durante comício que fazia em Jatal, interior de Goiás. "O senhor vai cumprir o dispositivo constitucional de mudar a Capital para o interior do país?", alguém lhe perguntou, sem rodeios. O candidato parou, refletiu diante da massa, e respondeu causando espanto a seus auxiliares. Assumia, ali, o compromisso não de transferir a Capital para Goiás mas de implantá-la no local mais indicado para aquele fim.

Começa neste momento simples dado a estranha e mágica história que cerca a criação de Brasília. O candidato que se comprometeu quando interpelado em público — até então Brasília não figurava na plataforma de Juscelino — tornou-se presidente e realizou sua obra. Cumpriu a promessa. A Capital brotou no cerrado envolvida por lendas tão densas, dificuldades tão imensas que serão poucas e nada claras as verdadeiras explicações para sua construção.

Sem Rastro: Aconteceu um ato perfeito, um momento revelador, porque até hoje poucas pessoas podem dizer, sem emoção, porque, de fato, vieram para Brasília. Veja-se o Dr. Inezil Penna Marinho: Professor, bem situado na vida, morava no Arpoador, elegante praia carioca. Um dia arrumou as malas, todas as malas, e embarcou em direção à aventura. Com mulher e filhas. Não deixou rastro no Rio de Janeiro. Aqui fundou escolas, ajudou candangos, criou cursos de alfabetização. Por quê?

Por que deputados de uma UDN rançosa dissentiram do par-

tido e votaram a favor da criação de Brasília? Por que o deputado Osvaldo Lima Filho aceitou sem reclamar carregar colchões na cabeça para compor precariamente o apartamento que lhe foi cedido nos primeiros dias de funcionamento da Capital? Por que o Ministro Ribeiro da Costa — importante jurista brasileiro — consentava, candidamente, torneiras, fogões e aquecedores de seus vizinhos no prédio onde morava? (o ministro não cobrava nada, mas aceitava, por cortiça, uma gorjeta para a cervejinha).

Por que o presidente Juscelino Kubitschek visitava acampamentos a qualquer hora, sentava-se com candangos, discutia com eles, tomava umas e outras e dormia em barracas improvisadas? Por que Israel Pinheiro renunciou a seu mandato de deputado e transformou-se numa espécie de capataz desta fazenda muito especial? Algo de misterioso revestiu aquele momento especial, ilógico, mas gravado profundamente por uma firme determinação de fazer. Talvez o encontro daquilo que exista subjacente na personalidade nacional. O fato é que dois anos e meses depois de derrubada a primeira árvore, Brasília estava sendo inaugurada. E isso ocorreria a despeito da ação de adversários poderosos, como Carlos Lacerda, o líder de uma oposição atávica, e o Fundo Monetário Internacional, instituição que via nas supostas loucuras juscelinistas uma ação impensada, algo de irrefletido e quem sabe até de insensato.

Insensatez? Há muito de insensato, aparentemente insensato, na história da realização desta impressionante saga brasileira. Por que Brasília foi construída no Planalto Central? JK não assumiu este compromisso geográfico. Várias áreas foram visitadas pela Comissão Especial criada no Congresso para estudar o assunto. Ao final dos debates dois pontos foram definidos: Triângulo Mineiro e o Planalto Central. A Comissão era presidida por um mineiro, Benedito Valadares e tinha representantes de vários estados e de todos os partidos. Influenciou a topografia da região, mas prevaleceu a previsão feita em 1883 por D. Bosco.

O deputado Bento Gonçalves, que participou daquela Comissão lembra que as previsões de D. Bosco influenciaram muito as decisões. O padre havia pernoitado no local onde hoje está construída a ermida em sua homenagem e ali teve uma visão, a visão de uma cidade moderna onde correria o leite e o mel. Dizem que ali havia uma pedra com as inscrições. Ninguém viu esta pedra até hoje, mas ficaram a lenda e as visões do religioso que desciam a minúcias, detalhavam os paralelos entre os quais surgiria a nova civilização. O Triângulo Mineiro perdeu para D. Bosco.

Insensatez? E possível. Mas o que dizer de um urbanista que não tinha sequer escritório e que a guisa de projeto apresentou uma memória descritiva bem escrita, deliciosa, mas genérica, altiva, bonita e distante de qualquer coisa parecida com um projeto de arquitetura e urbanismo? A racionalidade norte-americana ou o legalismo udenista não poderiam mesmo suportar tal heresia. "Não pretendia competir e, na verdade, não concorro — apenas me desvenho com uma solução possível que não foi procurada, mas surgiu por assim dizer, já pronta".

Maquis do Urbanismo: "Certo não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples maquis do urbanismo, que não pretende prosseguir no desenvolvimento da ideia apresentada senão eventualmente, na qualidade de mero consultor. E se procedo assim candidamente é porque me amparo num raciocínio igualmente simplório; se a sugestão é válida, estes dados conquanto sumários na sua aparência já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida; se o não é, a exclusão se fará mais rapidamente e não terei perdido o meu tempo nem tomado o tempo de ninguém". A poesia, a sinceridade e a inacreditável objetividade do texto de Lúcio Costa, à época um maquis do urbanismo, empolgaram a comissão julgadora de composição internacional. Ele venceu.

Venceu, como D. Bosco, com a visão religiosa. Brasília nasceu "do gesto primário de quem assinala

um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja o próprio sinal da cruz". O sebastianismo ganhou e a saga teve seu início, produto desta vaga noção religiosa misturada à sensibilidade de continuação da história. Os fundadores do país já haviam pensado na interiorização da capital. O conselheiro de D. João VI, chanceler Veloso de Oliveira, disse em 1810 "que a corte não se deve fixar em algum porto marítimo, principalmente se ele for grande e de boas proporções para o comércio, mas em lugar são, ameno, aprazível, isento do troyel das gentes indistintamente acumuladas".

Os inconfindentes mineiros, em 1789, queriam a transferência da sede do governo para o interior. Em 1821 José Bonifácio de Andrada e Silva recomendou aos deputados paulistas nas cortes de Lisboa, "que se levante uma cidade central, no interior do Brasil, para assento da Corte ou Regência... dessa Corte Central dever-se-á logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão os ordens do Governo e se favoreça, por elas, o comércio interno do vasto Império do Brasil".

Base Constitucional: A Constituição provisória de 1890 faz menção ao assunto. A de 1891 determina que passa a pertencer à União uma área de 14 400 km² no Planalto Central para a construção da cidade. O texto constitucional de 34 e o de 37 fazem referências à mudança da capital. A de 1946 é extremamente objetiva em seu artigo 4º: A Capital da União será transferida para o Planalto Central do país.

§ 1º — Promulgado este ato, o presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital;

§ 2º — O estudo previsto no parágrafo anterior será encaminhado ao Congresso Nacional que deliberará a respeito em lei especial e estabelecerá o prazo de início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União;

§ 3º — Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Na-

cional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

Havia, portanto, base constitucional para dar início ao trabalho de construir uma cidade, a nova Capital, em pleno cerrado, no Planalto Goiano.

Reacionários Irados: As grandes obras constituem novidade na política brasileira. Antes de JK aconteceram algumas poucas obras de grande vulto e todas elas — a exemplo a siderúrgica de Volta Redonda — entrou para a história como marco de alguma coisa.

Por que deputados da UDN votaram a favor de Brasília? Por que deputados carregaram colchões na cabeça? Por que?

Ninguém havia, contudo, se lançado à descoberta do oeste, na aventura de agregar um território desconhecido e, por fim de construir uma cidade. A saga brasileira aconteceu de maneira muito discreta, envolvida pela barulheira da oposição, pela mesquinhez da visão do FMI. Adversários do progresso, reacionários irados, conservadores indignados, estas pessoas ou grupos não conseguiram viver no seu tempo as possibilidades de um futuro próximo.

Brasília nasceu por assim dizer como obra de geração espontânea. Cercada por inimigos, não desprezou as forças que a combatiam, mas seus construtores não comemoraram como podiam a enorme vitória política. Os turnos de trabalho que se sucediam durante as 24 horas do dia explicam pouco a rapidez da construção. Há alguns truques, pequenas malandragens: JK instruiu seus executores de obra para fazer em Brasília o supérfluo, "porque o essencial eles farão depois". De novo cabe a pergunta: Insensatez? Possível, mas sem este detalhe precioso, a nova

Capital correria o risco de ser hoje uma imensa e bem construída rede de água e esgotos sem a cidade por cima.

Havia esperteza também, e neste sentido a oposição do Fundo Monetário Internacional teve sua razão de ser. JK obteve recursos para objetivos determinados e os empregou dinheiro em Brasília. Uma pitada de malandragem, um pouco de jogo de corpo não fazem mal a ninguém. Mais que isso constituem ações que, mesmo secretamente, são aplaudidas pela sociedade. A herança de Maculnaim, afinal de contas, está presente todos os dias e em várias circunstâncias na vida deste país. A união de muitas delas num momento em que os eixos da história se cruzaram pode, talvez, explicar Brasília, a suposta insensatez de seu criador e as loucuras políticas da época.

A época aliás era outra, o país era outro, os ventos políticos, econômicos e sociais eram outros. Terminou com Brasília um país chamado Brasil de cinquenta milhões de habitantes, a maioria deles nas zonas rurais. Acelerava-se a urbanização e começava a desaparecer o estado paternalista, em que a obtenção do emprego público era a aspiração maior dos poucos universitários de então. Brasília e tudo que esteve ligado a sua construção modifica a essência da situação brasileira. Indústrias novas, fluxo migratório em outra direção, a formidável expansão da economia paulista, o crescimento do empresariado, a entrada do capital estrangeiro em bases organizadas dentro do país.

Rubião da História: A nova Capital despertou inimigos no Brasil de antes e curiosamente poucos, pouquíssimos, conseguiram atravessar o rubião da história brasileira. Resta hoje uma nostalgia dos outros tempos, daqueles tempos de Panair, da Rádio Nacional, do dois para lá dois para cá. Aquele país, sem rede nacional de televisão, acabou e sem dúvida o marco da transição está aqui, no Planalto Central que se transformou, na previsão de JK "cérebro das altas decisões nacionais". JK venceu no longo prazo, anteviu o futuro "com fé inquebrantável". Brasília nasceu naquele momento, cercada de tantas contradições por um capricho da história. Insensatez, loucuras, maculnaimas, tudo isto foi naquele momento a resultante de uma vontade muito grande, incontida, de modificar em pouco tempo a face do país. Os reacionários, os conservadores, estes perderam.

A tradição brasileira é a de não tolerar alguns vencidos, mas de tolerar menos ainda os vencedores, aqueles que enxergaram antes o que aconteceria depois. Os vencidos vieram para Brasília e da cidade se aproveitaram. Os construtores, os idealizadores foram perseguidos e batidos pela compreensão estreita dos fenômenos da história. De JK, que durante longo tempo foi banido dos livros da história oficial, restou, como reabilitação tardia mas espetacular, o Memorial erguido em Brasília no ponto mais alto da cidade. A saga voltou-se contra o contemporâneo do futuro, porque neste país pior que fazer previsões é acertá-las.

Os Novos Monges: Num dia qualquer ao longo de 1958 uma equipe da Legião Brasileira de Assistência foi ao atelier do artista plástico peruano, Félix Barrenechea, no Rio de Janeiro. Havia interesse profissional no trabalho daquele artista, mas uma das senhoras, parente de Israel Pinheiro, falou sobre Brasília e interessou-se o peruano por aquele projeto. Dias depois, Barrenechea explicava a Israel sua ideia de criar um centro de artes nos Andes. Deu-se então o seguinte diálogo:

Israel Pinheiro — Por que o Senhor não faz isso em Brasília?

Barrenechea — Brasília? Onde fica isso?

Israel — Vamos ver amanhã. Você é meu convidado.

Barrenechea — A que horas?

Israel — Esteja no aeroporto Santos Dumont às 5 da manhã.

'TUDO SE TRANSFORMA EM ALVORADA'

A mensagem de JK é esperança que dá impulso para a realização. Nesta cidade, que ele via se abrindo para o amanhã, criamos uma indústria de produtos metalúrgicos e abrimos um mercado de trabalho para

centenas de operários, beneficiando a família brasileira. Com 20 anos de Brasília, Irmãos Gravia chegou à solidez, que também nasceu do sonho profético de JK. Por tudo isso, ele viverá para sempre na memória de Brasília.

Irmãos Gravia Ltda.
Produtos metalúrgicos.

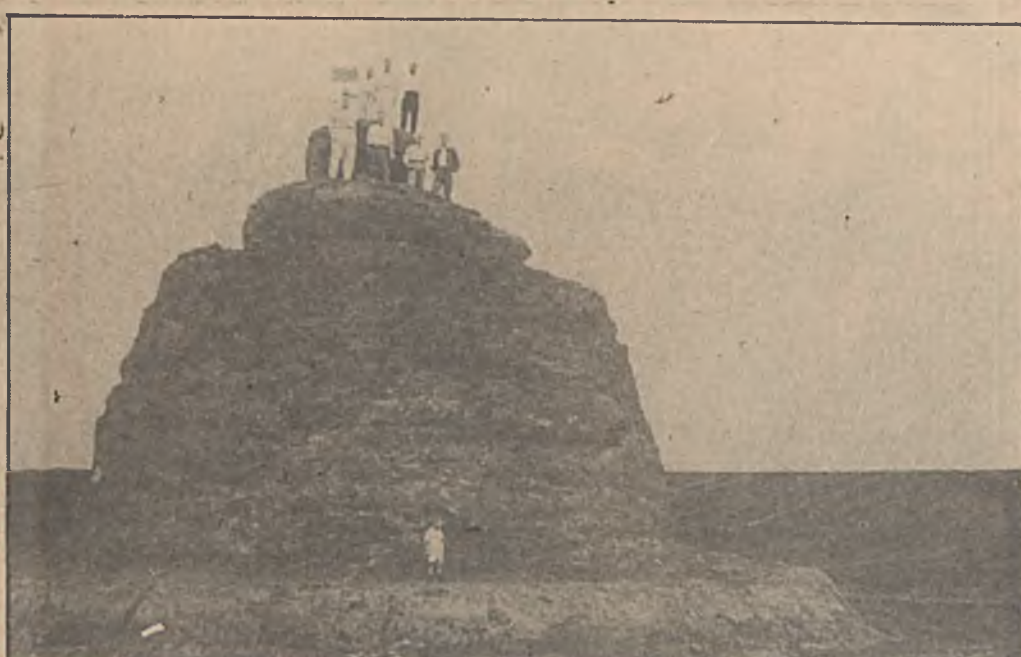
1961 20 ANOS 1961
A SOLIDEZ FAZ 20 ANOS.



Barrenechea: trocou os Andes por Brasília



Jaguaribe: trinta horas de ônibus



Ao redor deste morro começaram as obras da estação rodoviária

Artista veio, impressionou-se com a determinação dos candangos e desenvolveu sua aptidão: pintou e pintou. Tornou-se amigo de Israel Pinheiro a quem visitava no Rio de Janeiro e conversava sobre a construção de Brasília. E dele um dos raros depoimentos sobre o Israel Pinheiro gente, aquele que tinha medo de que a empreitada não desse certo. "Seu grande medo, diz Barrenechea, era de que Brasília viesse a ser uma cidade fantasma. Todas as manhãs Israel lia os jornais para saber o que diziam a respeito da nova capital. Fiz um retrato seu, e sozinho ele se mostrava preocupado deixando seus medos transparecerem".

Um dia veio o convite e numa tarde quente de outubro, Felix e a mulher desembarcaram em Brasília, esquecendo os sonhos de uma vida européia e de criação do Centro de Artes nos Andes. "Foram três meses de chuva período em que não saímos do hotel. No Natal saímos da Cidade Livre, estávamos hospedados no hotel Umuarama, fomos até o Congresso Nacional, ainda em construção. Naquele dia tive uma imagem impressionante dos homens trabalhando com capas pretas para se protegerem da chuva num enorme buraco cavado na terra. Pareciam monges".

Feliz Barrenechea fundou o centro de artes na praça 21 de abril na W 3 Sul. E ali desenvolveu seu trabalho, depois contratado pela Fundação Cultural. Naquela praça foi montada uma das primeiras árvores de Natal da cidade. Tão importante foi a promoção que o local passou a ser um ponto de encontro. "Como se fosse a praça da cidade, diz Félix. Tinha um alto-falante e as pessoas ficavam ouvindo música". Sua mulher, D. Lola, desceu aqui de vestido italiano e tinha a esperança de apenas um jipe desafortunado. Conseguiu, tempos depois montar uma biblioteca.

Incêndio das naus: mais ou menos no período em que Felix e Lola Barrenechea estavam isolados no hotel Umuarama, na Cidade Livre, chegou a Brasília outro personagem que o tempo tornou ligado a cidade e a saga da construção. Inezil Pena Marinho vendeu tudo no Rio de Janeiro. "Eu fiz como Cortez vendi tudo e incendiei as naus, para não voltar. Ele chegou aqui no dia 17 de dezembro de 1958. Chovia muito e tínhamos apartamentos reservados no Brasília Palace Hotel, recém inaugurado. "Era um hotel maravilhoso que ficava numa península inteiramente isolada. Não havia Lago. Dias depois me mudei para o hotel Santos Dumont na Cidade Livre, onde estava todo o comércio e toda a atividade da capital. O Plano Piloto era o canteiro de obras. O Congresso era, na

Instituto dos Advogados de Brasília — não existia ainda a Ordem, teve liturgia diferente. Sua ata de fundação foi escrita à mão, porque a máquina estava quebrada.

Pena Marinho foi também o primeiro presidente do Instituto dos Advogados de Brasília e foi ele o advogado que primeiro impetrou um mandado de segurança em Brasília. "Um empreiteiro comprou de um sargento da Aeronáutica os direitos de uma casa e lá se instalou com mulher e filhos. O major Assis, o comandante da Base, quando soube do negócio pegou uma tropa de choque e foi até lá e botou todo mundo na rua. Eu impetrei o mandado de segurança contra o comandante da Base e levei em mãos para o juiz despachar na comarca de Cristalina. Esse processo tinha que ser tombado no cartório de Formosa, mais de 300 quilômetros pelas estradas da época, todas de terra. Ganhei a questão e acho muita graça hoje quando vejo advogados reclamando por terem que ir a Taguatinga".

Longa viagem: antes, bem antes do artista peruano ou do Dr. Inezil Pena Marinho tornarem-se entusiastas da ideia de Brasília, um jovem engenheiro já havia desembarcado no Planalto Central. Silvio Jaguaribe chegou no dia 15 de fevereiro de 1957, depois de viajar do Rio até Goiânia por avião. Da capital de Goiás até o canteiro de obras da futura capital veio de ônibus numa viagem de trinta horas, vários atoleiros e um pernoite na Cidade Eclética. Recém formado em engenharia civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro, aos 24 anos de idade, solteiro, percebeu na aventura sua grande oportunidade.

Silvio Jaguaribe foi o engenheiro responsável pela construção do primeiro acampamento da Novacap no Planalto Central. E o local hoje denominado Veinacap. "Além do acampamento, fui encarregado de montar e administrar as primeiras olaria e serraria construídas aqui. Fui morar numa daquelas casas juntamente com os pioneiros, Dr. Bessa, Dr. Travassos e Carlindo. Época boa quando a alimentação era na base do bandedeio do SAPS que dava para matar a fome sem matar ninguém".

Era uma época de muito trabalho e pouca diversão. A diversão aliás era o próprio trabalho naquele longínquo 1957. "Aos poucos, lembra Jaguaribe, do núcleo-base foi nascendo a Cidade Livre e a distração passou a ser as inaugurações de bares com cerveja e refrigerantes gelados. Depois começaram a surgir os seresteiros. Naquela vida de muito trabalho e boas amizades não existiam dificuldades e jamais pensei em desistir". Quem chegou pouco depois, como Roolsevelt Nader, em maio de 1958, já carregava a ideologia do desenvolvimento: "Sempre admirei a ideia do presidente Juscelino em construir a Nova Capital. Daí admirar e louvar suas iniciativas e a coragem em se lançar de corpo e alma ao fabuloso empreendimento que surpreendeu o mundo".

Pernambuco do Pandeiro: depoimentos de pessoas que trabalharam no governo da época, ou daqueles como o pintor peruano que se entusiasmou pelo pioneirismo da ideia, explicam algo da vontade que brotou em algumas pessoas em devassar o planalto inexplorado. Mas que dizer de um músico, Inácio Pinheiro Sobrinho, Pernambuco do Pandeiro que chegou a Brasília em 1959? Aquele coquetel de ideias insensatas colecionadas pelos inimigos da cidade, o músico pode acrescentar mais uma. Ele era integrante do conjunto que tocava nos aniversários de JK. Veio parar em Brasília por vontade própria trazendo gente boa em sua companhia. Hermeto Pascoal (acordeon), Ecurinho da Flauta, Jorge da Silva (violão de sete cordas), Darli Louza (violão de seis cordas) e Gaspar do cavaquinho.

Pernambuco do Pandeiro: deixou a Rádio Mauá, no Rio de Janeiro e transferiu-se para a Rádio Nacional de Brasília com bilhete assinado por JK. O contrato em Brasília não deu certo, a emissora rejeitou o compromisso e o conjunto desfez-se. Pernambuco do Pandeiro transformou-se em funcionário do governo do Distrito Federal e ficou aqui. Hoje pontifica no Clube do Choro, nostálgico daqueles tempos, lembrando a época gloriosa de excursões à Europa e vivendo dos proventos da aposentadoria.

Troca da Vogal: o caminho percorrido pelos personagens desta saga muito especial não foi fácil. Além da poeira, do barro, da lama e do desconforto aconteceram problemas como o do Pernambuco do Pandeiro. Ou, em outro plano, o

estranho topógrafo contratado pela Novacap. Silvio Jaguaribe que trabalhou na construção do Catetinho lembra que ele utilizou este funcionário recém-contratado para fazer o nivelamento de uma nascente d'água e de um pequeno córrego visando saber se este tinha condições de abastecer o prédio. Depois de três dias dentro da mata, o funcionário retornou com a informação de que o córrego subia e descia, fazia curvas mas ele não garantia se o riacho poderia abastecer o Catetinho. Surpreso, o engenheiro chamou-lhe a atenção pela demora e lembrou que córrego não sobe. Ao que o novo funcionário respondeu: "Não tenho culpa, pedi um emprego de tipógrafo e me contrataram como topógrafo".

Aconteceram vários episódios como este, porque a pressa e dos problemas políticos da época não permitiram organização suíça no caminhar do projeto. O Dr. Carlos Florentino, por exemplo, não acreditava em Brasília. "Quando olhei o imenso canteiro de obras que era isso aqui pensei, daqui a vinte anos veremos as ruínas de São Miguel". Ele tinha essa opinião quando chegou aqui, em 1958.

Eu tinha comprado uma lata de biscoitos e passava o dia inteiro lendo o rótulo. Os operários pensavam que eu estava mal

para tratar de um surto de turbulência entre os operários. Mora na cidade até hoje.

para sofrer o trauma da chegada. Desembarcou em Brasília num feriado. "Fiquei perdido no aeroporto, não havia ninguém me esperando. Duas horas depois apareceu um caminhão FNM para nos apanhar — resolvi trazer minha mulher comigo, embora todos considerassem loucura. Ela ficou chocada, pois estava de vestido branco, luvas e chapéu e teve que viajar em pé num caminhão pelo meio do barro. Não era exatamente isto que ela esperava".

O trauma teve suas recompensas, tímidas embora dada a precariedade da época. Numa tarde oito carpinteiros construíram o barracão que se transformou na residência dos Florentino. E começou a trabalhar de pesquisador a turbulência. "A Ordem de Ernesto Silva era mandar de volta para casa quem estivesse muito doente. Mas os operários não queriam voltar. Afinal eles tentavam vida nova e não queriam voltar doentes e sem dinheiro. Foi aí que surgiu a ideia de construir o sanatório. Só depois é que fizemos um ambulatório. Foi um trabalho bonito. Todos ajudavam. Um aplicava injeção no outro e o trabalho tornou-se mais fácil e gratificante".

Morando no Jipe: Victor Pereira veio para Brasília em 1957. Deixou a família em Goiânia e veio trabalhar na indústria de britagem, depois montou uma fábrica de adubo orgânico, hoje é dono de posto de gasolina. Ele veio porque seu vizinho Bernardo Sayão recomendou-lhe. "Nunca votei em JK porém admirava suas ideias. Não sou homem ambicioso, mas sou patriota. Por isso fui pioneiro".

Ele organizou a exploração da primeira pedra de Brasília. Na época morava dentro de um jipe "já imaginou um homem de um metro e oitenta dormindo num jipe? Mas tinha que ser quando não me ofereciam lugar para dormir". "A Torre de Tv, a Eplanada dos Ministérios, a Rodoviária, tudo isso foi construído com calcário de nossa pedra. Era uma loucura. Quando chovia não podíamos sair de lá, pois a estrada ficava intransitável".

"Certa vez choveu torrencialmente durante vários dias, conta Victor Pereira. Tive que ficar sediado lá. Eu estava ficando meio maluco. Um lugar daqueles perdido no meio de cerrado, sem ter o que ler e ouvir e ainda na companhia de 250 homens. Eu tinha comprado uma lata de bolachas e passava o dia inteiro lendo o pacote de biscoito. "Biscoto Maria, indústria brasileira, fabricado em... Me deu uma raiva joguei a lata na chuva e sai para conversar no mato. Os operários pensavam que eu estava mal. Quando minha mulher veio me visitar eles pediram pra ela me levar pois pensavam que eu estava meio aturdido, falando sozinho. Agora veja eu descendente de italiano, falador, adorando uma farra, preso naquela

pedreira. Tinha que falar sozinho. Mas nunca pensei em desistir".

Fascínio pela Injeção: E aquelas injeções solidárias que despertaram tanta curiosidade no Dr. Florentino? Além da solidariedade provocaram uma reação que o médico encarregado de prevenir e curar tuberculosos talvez jamais tenha desconfiado. Victor Pereira lembra que os candangos ganhavam "um bom dinheiro". Parte mandavam para a família. "O que sobrava era para comprar bobagem. Teve um operário que não tendo com que gastar dinheiro, resolveu comprar uma injeção. Queria ver se era bom". Mas quando sobrava muito dinheiro o candango comprava óculos escuros, sapato novo, terno branco, rádio de pilha e chapéu. Nesta altura, Pereira já sabia. Era um candango que se preparava para retornar. "Não dava outra. Ele voltava para sua terra".

O desespero de Victor Pereira na sua pedra isolada no cerrado assaltou outras pessoas. A primeira prostituta que aportou na Cidade Livre no início de 1958 pensou em mudar de ramo. Há o testemunho de pessoas que assistiram o incidente. "Ela veio de Anápolis e entregou-se ao primeiro macho felizardo. Depois a outro e mais outro. Mas a notícia correu e foi uma loucura. Uns cem homens vieram no rastro da mulher. E o que se iniciou contentadamente, transformou-se em curra. Foi necessário que defendessem a mulher, a colocassem dentro de um caminhão cercado por homens armados durante toda a noite. Dia seguinte mandaram-na de volta para Anápolis".

Problemas como este não abalaram a confiança de alguns como José Cornélio Pimenta. "Eu me ofereci para trabalhar em Brasília. Cheguei aqui em junho de 1957 e minha família, mulher e cin-

co filhos vieram em setembro. Morou em acampamento até 1960 — quando, segundo todos os depoimentos, mudou tudo no Planalto Central. A capital começava a existir. Até aquele ano, no entanto, as pessoas eram movidas por emoção".

"JK era um homem espetacular, diz José Cornélio Pimenta. Líder absoluto, com apenas um sorriso transmitia suas ordens e eram todas cumpridas com prazer, mesmo que exigissem sacrifícios. Parece que Deus o iluminou na escolha de seus auxiliares. Como dádiva especial, entre eles estava o Dr. Israel Pinheiro, homem de energia e dignidade a toda prova. Seu aspecto sisudo e rude escondia simplicidade e humildade. Nós tínhamos absoluta confiança nele. Ele nos dava total cobertura, tanto nos acertos quanto nos erros, desde que estes não fossem cometidos de má-fé".



O Plano Piloto era o canteiro de obras. O Congresso um buraco imenso, parecia a cratera de um vulcão. Não havia lago

época, um buraco imenso, parecia a cratera de um vulcão. E no que é hoje a Eplanada dos Ministérios viam-se vigas de aço, porque as estruturas dos ministérios foram feitas e armadas com vigas de aço importadas dos EUA".

Penna Marinho montou o primeiro núcleo do Ministério da Educação na Cidade Livre, na Segunda Avenida. A primeira biblioteca pública também foi instalada lá, surgindo o primeiro núcleo cultural. Lá foi hasteada a bandeira brasileira diante de uma tropa de escoteiros. O objetivo imediato do serviço educacional era ensinar a ler os 94% de candangos analfabetos que vieram para Brasília. A tarefa era urgente porque os poucos alfabetizados cobravam para escrever cartas a parentes de analfabetos. Na biblioteca foi implantado um significativo "serviço de correspondência".

Ali no núcleo cultural, nome pomposo para um modestíssimo barracão na Segunda Avenida da Cidade Livre, surgiu o espaço para reuniões e encontros. Havia espaço, cadeiras, mesa, e um elemento muito importante: a máquina de escrever. Este dado essencial propiciou o surgimento das atas da fundação de instituições pioneiras. Federação Metropolitana de Futebol, Sociedade Hípica de Brasília, Clube de Regatas Guarã, Cota Mil, Iate Clube de Brasília. O

A BRÁZILIA IMÓVEIS É COMÉRCIO S/A irmana-se ao júbilo da população de Brasília por motivo da inauguração do Memorial JK que consagrará a imortalidade do grande construtor desta cidade símbolo da aspiração de grandeza da nação brasileira.



BRAZÍLIA IMÓVEIS E COMÉRCIO

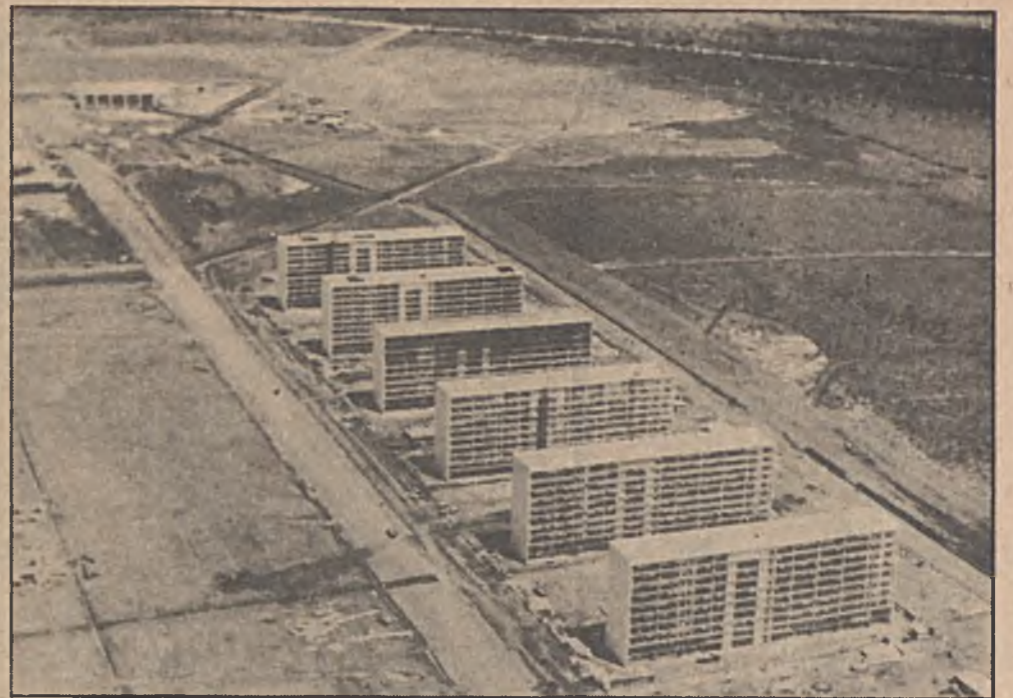
A Imobiliária dos bons terrenos. E bons prêmios
SCS. Ed. Carioca, 5º andar Fones: 224-5211 e 224-1951



Sully Alves de Souza (E) e Irineu Joffily: soluções jurídicas



Queiroz: a paz em Brasília



No início de 59, a Esplanada dos Ministérios começava existir

Aquilo que se chamou espírito de Brasília apareceu como dado importante na convivência da época. "A vida de modo geral era ótima, a camaradagem entre os companheiros de trabalho era contagiante. Auxiliávamos uns aos outros como se irmãos fossemos. Trabalhávamos intensamente como se a obra que estávamos realizando fosse de nossa propriedade. Várias noites passamos com os operários nos cerrados de Brasília, apenas para dar apoio moral. Muitas vezes por necessidade de serviço tínhamos que acordar os operários de madrugada e éramos recebidos com grande carinho e disposição para o trabalho urgente", diz José Cornélio Pimenta.

Luis Lira, dono da churrascaria do Lago, lembra que muitas vezes ligou para o aeroporto pedindo que retivessem o avião uns minutinhos. "e quando eu chegava lá eles estavam esperando. Eu viajava muito mas o movimento da churrascaria era intenso, por isso nunca, chegava na hora do avião. Mas era só ligar que eles esperavam. A Panair, companhia que atuava em Brasília, era uma ótima empresa e deu grande apoio à construção da cidade".

A solidariedade apareceu de outra forma para Luis Lira que

aqui chegou em 1959. Um dia de chuva intensa e ventos fortes derrubou parte do telhado de sua churrascaria. As folhas de alumínio fizeram muito barulho e houve pânico. Mulheres gritando, crianças chorando. Mas naquele momento almoçava no restaurante uma equipe de engenheiros da Novacap que largaram a comida no prato e providenciaram o conserto. Pouco tempo depois, serenados os ânimos, chegou um caminhão com pessoal e material e na mesma tarde foi tudo reconstruído.

O espírito de aventura caracteriza quase todos os depoimentos. Poucos entre os pioneiros enriqueceram em Brasília. Quem veio ganhar dinheiro, fazer fortuna no planalto central, retornou logo a sua cidade. Outros pensaram um pouco mais longe e ficaram. Quem era classe média continuou classe média, quem era candango continuou candango, mas alguns dentre eles conseguiram transformar-se em funcionários públicos. Outros fizeram fortuna e aqui ficaram como Antônio Venâncio da Silva, o cearense que deu certo no Planalto Central. Esquizofrenia: mas o desejo da aventura não aconteceu sozinho. JK concedeu benefícios e vantagens aos funcionários públicos. Israel Pinheiro que temia construir uma cidade fantasma incentivou quem pode a vir para Brasília, até mesmo um artista peruano a fundar aqui uma escola de artes.

Irineu Joffily, pioneiro dos primeiros momentos tem visão pragmática do desejo de participar na construção de Brasília. "JK era o único que tinha interesse vital e compreensão do que seria Brasília. No meu entender Juscelino foi uma das únicas pessoas que visualizou o que seria Brasília. Juscelino e o candango. O intermediário, não. Nós, não. A maioria de nós veio aqui porque o salário era muito melhor com a dobradinha. Outros vinham por motivos pessoais. Quantas vezes tive que afastar esses outros motivos. Brasília não cria esquizofrênicos, mas também não os cura. E disse várias vezes a interessados: não me venha com seu desajuste familiar quer se transferir para Brasília, que não vai resolvê-los".

Mas os desajustes familiares, Joffily concorda, não constituíram peso muito grande na massa de transferidos, no entanto, os funcionários não acreditavam no futuro do empreendimento de JK. "A ideologia por Brasília não era dominante. A minoria tinha esta idéia. A maior parte das pessoas vinha sem acreditar. Poucos acreditavam. São Paulo não acreditava". Há uma linha divisória no raciocínio de Irineu Joffily, porque todos aqueles que conheceram JK ou Israel Pinheiro ou alguém próximo deles falam de um incontestado entusiasmo com a idéia da mudança.

Veja-se que Inezil Pena Marinho trabalhava na divisão de educação física do Ministério da Educação e foi encarregado pelo então ministro Clóvis Salgado de apresentar um projeto de alfabetização dos candangos. Até aí tratava-se de estudo burocrático e técnico, nada que envolvesse a transferência para Brasília. Pena Marinho conta: "Quanto estive com Juscelino ele me entusiasmou com seu ideal,

Solução para a dor de barriga causada pela comida. O dono do restaurante passou a colocar remédio no feijão

fiquei de tal maneira contagiado com a idéia de vir que trouxe minha mulher a Brasília para conhecer a cidade. Ela achou fascinante".

A crônica social: O fascínio exercera-se de várias formas. O trabalho desenvolvido para alfabetizar candangos, que contou com a ajuda desinteressada de Talita de Abreu, a Katucha. Foi ela quem tempos depois organizou os primeiros jantares dançantes do

Brasília Palace Hotel. "Os convidados, lembra Pena Marinho, só poderiam entrar de gravata, mesmo que tivessem as botas sujas de lama. Só de gravata, mas ninguém tinha gravata. Todos iam comprar para entrar na festa e depois conferiam na coluna da Talita. Ela foi uma das responsáveis pela humanização de Brasília. Sair na coluna da Talita era um fato notável".

Carlos Florentino, que não acreditava em Brasília, viu-se diante de um desafio. Mário Pinotti, ministro da Saúde, precisava de um fisiologista urgente para Brasília. Florentino, convidado, foi ao encontro do Ministro, todo de branco, engomado e elegante. Foi vetado na hora. "Não serve. Brasília precisa de gente rude, que agente trabalho duro, a poeira". O médico argumentou que vivia em cidade grande e sua aparência não significava que não aguentaria o trabalho. Florentino veio com a expressão recomendando de permanecer apenas três meses nas obras da nova capital. Ficou até hoje.

"Para o Brasil, Brasília representava a transformação e para mim era a simples aventura", afirma Walter Cruz advogado da Novacap e assistente social. "A primeira impressão que se tem dos pioneiros é o despojamento que tomou conta de suas mentes. Segunda, a euforia que os trouxe para o centro do Brasil sentindo que essa seria a melhor maneira de modificar o velho país. "Vim para ficar e fui considerado doido pelos parentes e amigos. Já era casado, formado em assistência social e trabalhava no Rio de Janeiro, minha cidade natal".

Descanso Final: Delírio confessado é o de João Queiroz, pernambucano que tinha 54 anos em 1958. época em que era proprietário de uma firma de material de construção no Rio de Janeiro. Ele cismou que iria morrer aos 60 anos, "me cansei dos operários no Rio, me cansei daquela vida. Resolvi procurar a paz em Brasília. Minha família achava que eu tinha enfeitado de vez". Em 1958 apareceu a oportunidade de mudar e Queiroz organizou uma empresa para plantar eucaliptos ao redor de Brasília. "Plantamos mais de dois milhões de mudas em volta da cidade formando a cortina de árvores que seria o divisor de águas, a faixa sanitária preservando a cidade da poluição. Depois disto fui distribuir cimento para a construção da cidade.

João Queiroz, hoje com 77 anos continua absolutamente vivo e trabalhando. Acha que as mulheres tiveram papel destacado naquele período. "Foram grandes, verdadeiras heroínas. Elas dirigiam caminhões, ajudavam a gente. Mas quem falasse mal de JK estava arriscado a morrer. Os operários o consideravam seu ídolo. Ele sabia o nome de cada funcionário". Havia outros ingredientes nesta salada mista à brasileira. Ainda é João Queiroz quem lembra: "As botas e cabarês viviam repletas de gente, todos andavam armados, vestidos com botas e chapéu. Um verdadeiro faroeste. E a comida era péssima, depois de cada refeição tínhamos que tomar leite ou coalhada para desintoxicar".

Os métodos de desintoxicação variaram com a extensão dos problemas ocasionados pela comida. O Dr. Edson Porto, jovem médico goiano que veio para Brasília em 1957, percebeu em seu cargo de diretor do hospital JKO que os casos de desintoxicação eram comuns naquele gigantesco canteiro de Obras. O Enterovioformio era o remédio aplicado às situações comuns que se repetiam com enorme frequência. Subitamente o Dr. Porto percebeu que os pacientes de determinada construção sofriam menos daquela doença que os outros, o que desmentia a sua teoria de que a dor de barriga tinha origem na água.

Remédio no feijão: Edson Porto notou, ainda, outra particularidade. Todas as farmácias de Brasília não possuíam mais Enterovioformio para vender. Foi encontrar o remédio em Luziânia, a assim mesmo uma sobre do estoque, porque o mesmo senhor alto e magro que comprara o medicamento nas farmácias de Brasília havia estendido sua ação até aquela cidade. O médico descobriu sem muito trabalho que o comprador de estoques avassaladores era o dono do restaurante onde o índice de desintoxicação havia baixado. Foi tudo muito simples: ele próprio, dono do restaurante, havia se consultado com Edson Porto e descobriu a dosagem do remédio para cada pessoa. A partir daí fez

seus cálculos e passou a adicionar Enterovioformio ao feijão.

Situações insólitas como esta fizeram parte da vida daquele aglomerado de aventureiros, comandados por um presidente da República absolutamente heterodoxo. Tão fora dos padrões que recebeu, certa feita, os presidentes dos institutos de previdência responsáveis pela construção dos primeiros apartamentos de Brasília às 19:30 hs de um dia normal no Palácio Laranjeiras comendo um sanduíche. Ofereceu a cada um dos presentes um pedaço. Como ninguém aceitou, mastigou gostosamente seu sanduíche tendo o cuidado de lembrar que não havia almoçado.

Juscelino Kubitschek cobrava daqueles senhores, naquela noite, a solução jurídica para apressar a construção dos imóveis em Brasília. Havia uma série de impedimentos formais e o maior deles era quase intransponível: como realizar concorrências públicas num local a mais de mil quilômetros do Rio de Janeiro, com precárias condições de comunicação? Quais seriam os critérios para as concorrências? Como aferir a credibilidade de empresas que teriam, antes de iniciar as obras, que montar acampamentos, transferir pessoal, equipamentos e fazer pesados investimentos? Como fazer tudo isto dentro do prazo previsto? JK jamais admitiu conversar sobre outra data que não 21 de abril de 1960.

Heterodoxia: A solução foi dada por um advogado que estava ao lado do então presidente do IAPI, José Raimundo. Sully Alves de Souza foi de parecer que o presidente da República deveria declarar de alta prioridade a construção de Brasília, com o que concorreu o Ministro Parsifal Barroso. Assim, os institutos estariam desobrigados de realizar concorrências públicas naquelas obras, enquanto as condições locais aconselhassem a simples tomada de preços, tudo de modo a que só fossem admitidas firmas que fornecessem um mínimo de garantia da execução e do projeto. E nos

Nos bailes, a gravata era obrigatória. Todo mundo obedecia. Íamos de terno, gravata e botas sujas de lama

casos de compra de material, os engenheiros informariam sobre a sua qualidade, seu preço a possibilidade de realizar, ou não concorrência.

Por força desse entendimento, em 1958, o Ministro Parsifal Barroso pôde pernoitar num apartamento do bloco de número cinco na superquadra sul 105 em meio a uma obra inconclusa. E à noite participar de um jantar na cantina de madeira cuja prato principal foi um filé de hadock, servido por garçons a caráter, tudo trazido do Rio. O orador daquela noite foi o advogado Sully Alves de Souza, convicto mudancista, que fez um discurso traduzindo o entusiasmo de engenheiro e funcionários ali presentes. Insensatez? Mais uma vez cabe a pergunta. Pode ser que sim, pode ser que não. Mas a solução sugerida pelo advogado para a emergência vinha acompanhada de outra providência. Nenhuma empreiteira ganhava mais de três blocos de apartamentos, dividindo, assim os riscos de uma eventual paralisação. O primeiro caminho de areia que chegou à obra da 105 Sul vinha do Rio Corumbá; o engenheiro atestou que a areia era boa, o preço normal das circunstâncias e a impossibilidade de efetuar concorrência para adquirir aquele material. A areia custou 200 cruzeiros e o transporte igual quantia. No total, 400 cruzeiros por caminho de areia.

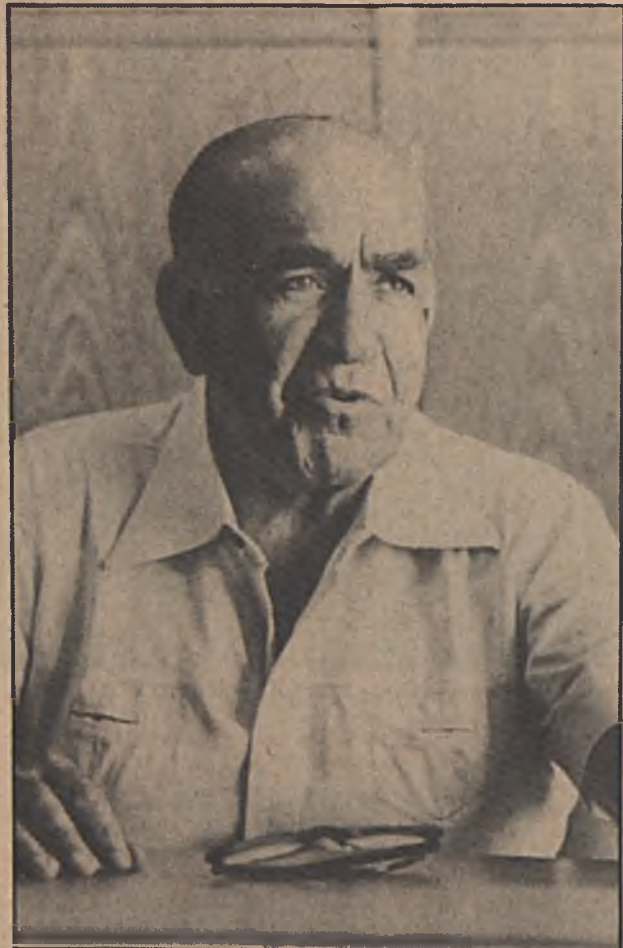
Em 1958 foi determinado aos Institutos que pagassem a Novacap 35 mil cruzeiros por quadra adquirida com direito a onze "projeções", neologismo arquitetônico para significar lotes onde surgiram os edifícios. O preço foi pago pelos Institutos sem o lavramento das escrituras que vieram depois com um detalhe: Israel Pinheiro não admitia a compra e venda dos terrenos destinados a garagem, para o que os advogados procuraram solução especial.

Como Poderei Viver sem a Tua Companhia?

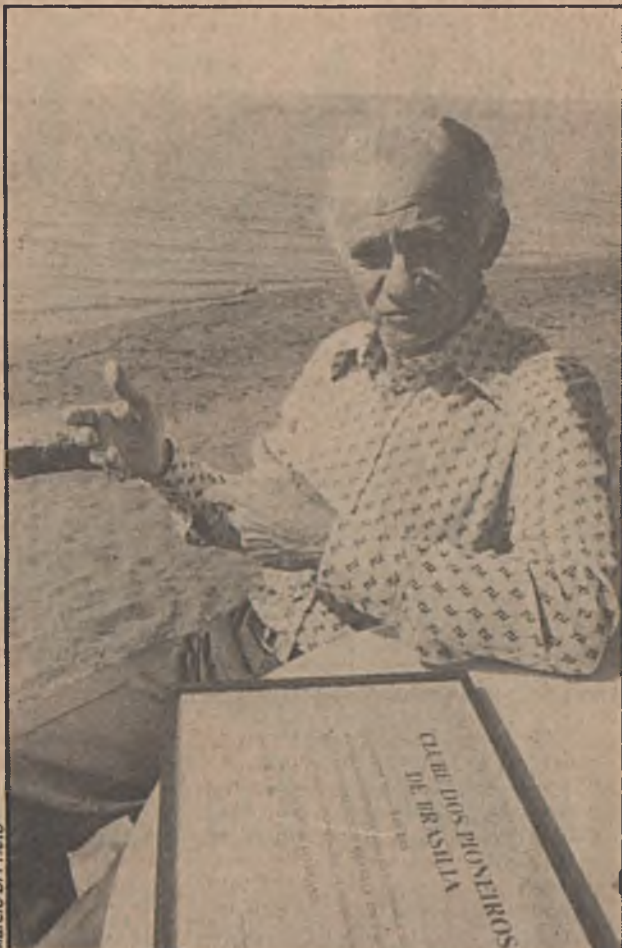


Com muita emoção, vemos a memória de JK lá em cima. Mais perto do céu de sua cidade. Esta é a mais justa homenagem que Brasília poderia fazer ao seu idealizador e realizador. Nós, que nascemos nos tempos pioneiros, no esforço de acreditar e crescer pela esperança da nova Capital, sabemos a dimensão de JK no coração da cidade. Sabemos como é difícil viver sem a sua companhia. Que este Memorial nos traga um pouco mais de sua presença e a força de seu entusiasmo.





Nader: movido a idealismo



Lira: churrasco pioneiro



Pereira: morando no jipe



Tancredo Neves: favorável à mudança

Bons tempos aqueles em que ainda se podia sonhar. Em outra reunião com presidentes dos institutos, as 7:30 hs da manhã, no Palácio Rio Negro em Petrópolis, JK tendo nas mãos uma sinopse do andamento das obras em Brasília cobrava, pessoal e diretamente, os problemas de cada uma das construções aos presidentes dos Institutos. A obra da 104 Sul, construída pela CAPFESP (Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados no Serviço Público), estava muito atrasada. JK não hesitou: «Por que este atraso, presidente», perguntou ao representante daquele órgão. «Porque a madeira que vinha do Paraná está retida num entroncamento ferroviário», respondeu o presidente da CAPFESP. Juscelino pegou o telefone, na frente de todos, ligou para o diretor da Rede Ferroviária e exigiu explicações. Fez mais: deu 24 horas de prazo para que o problema fosse solucionado. E foi.

Realizar: o espírito de Brasília, o desejo da aventura, mesclado à oportunidade de ascender na escala social, teve o suporte daquele ingrediente especial: a formidável determinação do presidente da República. Pode-se falar em determinismo histórico, da chance de se cruzarem naquele instante linhas de possibilidade e oportunidade. Pode-se alegar loucura, insensatez, delírio, mas JK construiu rindo, brincando, dançando. Fez, comendo sanduiches em reuniões, conversando com candangos, exigindo dos burocratas. Realizou.

Por volta de 1959 as obras entraram no ponto crítico e algumas cumeiras começaram a ser testadas. Uma das primeiras concorrências foi realizada para a construção de dois blocos na superquadra sul 409/410. Mas JK conseguiu esta mobilidade porque fez um acordo político-partidário que lhe deu sustentação. Ele, um símbolo do PSD, entregou os institutos de previdência ao PTB e conseguiu que a UDN votasse favoravelmente a constituição da Novacap quando garantiu àquele partido lugar na diretoria da empresa. Mas há quem diga que o apoio da UDN decorreu do ceticismo daquele partido. Alguns líderes udenistas entendiam que podiam aprovar qualquer proposta do presidente da República porque Brasília não seria construída no prazo de três anos.

(A Política: «Brasília está esquecida, solapada, abandonada. E não se tenha a ousadia de afirmar a existência de plano para consolidá-la» (Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, em outubro de 1964, da Câmara, sobre Brasília. O relator foi o então deputado Breno da Silveira).

A decisão de construir Brasília, cercada e envolvida pela magia, misticismo e a determinação de fazer, brotou, também, da enorme capacidade política da coligação PSD/PTB e da assessoria do presidente Juscelino Kubitschek. A oposição, representada pelo deputado Carlos Lacerda, líder da UDN, moveu todas as peças à sua disposição para impedir que a capital saísse do Rio. Os adversários de Brasília, da mudança e de JK, persistiram na sua ação contra a nova capital. Os antimudancistas somente convenceram-se da

realidade depois de 1964. O deputado Jorge Furtado Leite, que pertencia aos quadros da UDN, conta ter participado de uma reunião, logo após a Revolução que varou a madrugada. Discutiu-se o destino de Brasília. Ele diz: «O então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, desejava que a Capital retornasse para o Rio. Os líderes mineiros achavam que Belo Horizonte era um local mais apropriado. E o presidente da Câmara, Ranieri Mazili, procurou demonstrar ao presidente Castello Branco que a capital ficaria melhor instalada em São Paulo, onde já havia a infra-estrutura necessária».

«Foi o presidente Castello Branco quem deu o golpe final nos antimudancistas. Ao término daquela reunião de tantas horas, noite adentro, ele decidiu que a capital federal ficaria onde estava, isto é no Planalto Central e o Congresso Nacional seria reaberto». Acabou neste gesto do presidente da República o último capítulo da guerra sem tréguas movida contra os adversários da mudança da capital. O próprio deputado Jorge Furtado Leite, que hoje reconsiderou sua posição, foi adversário da transferência.

O Congresso traduziu uma aspiração nacional e não um capricho do presidente. Vivíamos a plenitude da vida democrática

«Acho que o país pagou um preço muito alto pela mudança da capital, mas compensou e valeu a pena, apesar do sofrimento. Os deputados se deslocaram para vegetar, num ambiente totalmente desfavorável ao político. Mas hoje Brasília, com toda essa cota de sacrifício, orgulho do povo brasileiro. Mudei de posição porque achava que a época não havia condições para realizar a transferência. Achava que o projeto de Juscelino deveria levar uns dez anos para ser implantado».

O deputado tinha razões particulares para manter uma imagem desfavorável de Brasília. «Na minha primeira visita a Brasília com outros deputados, fui recebido de trator para trator no lamaçal perto da Rodoviária. O trator puxava a nossa camioneta para chegar ao Catetinho onde iam almoçar e ser recebidos por Israel Pinheiro. O Congresso veio para cá dia 21 de abril de 1960. O Executivo não passou por este problema, pois os ministros vinham uma vez por mês. O presidente passava aqui em visita e ficava o dia inteiro no Palácio, mas com o avião pronto para retornar ao Rio».

Frustração: O senador Luis Cavalcanti, ao contrário de Jorge Furtado Leite, lamenta não ter podido participar do debate em torno da mudança da capital federal: «Minha maior frustração foi não ter participado do bloco de deputados mudancistas que dis-

cutiram a transferência da capital para Brasília. Sou da legislatura de 1959, eleito pelo PSD, e quando tomei posse os grandes debates já haviam sido concluídos. Mas votaria a favor da mudança e logo após a minha posse me associei ao grupo mudancista liderado pelos colegas Bento Gonçalves e Emival Caiado».

Há depoimentos importantes de quem foi favorável à ideia, relegando a plano secundário as dificuldades da primeira hora.

Senador José Guimomar — «Sempre fui favorável à construção de Brasília. Sem dúvida o progresso chegou para esta região. Também concordo hoje que Brasília trouxe alguma independência econômica e isto é fator de progresso. 21 anos depois de sua inauguração, já se pode julgar os reais benefícios trazidos para o Planalto Central e Estados vizinhos».

Senador Gabriel Hermes: «Fui favorável a mudança da capital. A construção da nova capital federal trouxe o progresso para esta região e Brasília é uma cidade que oferece comodidade aos habitantes e trouxe para cá mais vida. A região cresce levando progresso aos Estados próximos».

Deputado Geraldo Guedes: «No período da transferência da capital meu voto foi a favor, porque o Brasil precisava de integração nacional. E Brasília provocaria, como aconteceu e está acontecendo, imenso desenvolvimento na região central do país e Estados vizinhos. Como deputado do Partido Liberal, participei de todos os debates para criação de Brasília e hoje estou convicto que meu voto não poderia ser outro».

Deputado Djalma Marinho: «Votei pela mudança da capital, apesar de pertencer ao partido oposito ao do presidente JK, a UDN. Fiz isso porque era necessário maior integração do Brasil e porque o Rio de Janeiro já não mais oferecia condições de espaço e até de segurança nacional para ser a sede do poder. Votei convicto de que estava agindo certo e Brasília é isso que hoje todos vemos».

E muito fácil ser hoje a favor de Brasília, mesmo porque a realidade ultrapassou o ceticismo.

Mas há um detalhe importante, que se perde nos desvãos da memória nacional: havia neste país uma democracia liberal em que o presidente da República, dispo de reduzidos poderes, era compelido a buscar a negociação como único recurso para implantar seu projeto de governo.

Liberdade: O deputado Ulysses Guimarães, à época no PSD, lembra deste tempo. Ele era o presidente da Câmara. «O presidente Juscelino havia conversado comigo previamente e eu me empolguei pela ideia. Quero crer que pelos poderes que dispôs o presidente da Câmara eu tenha colaborado bastante no sentido de que a capital fosse transferida para Brasília. Se não fosse esta participação do Legislativo é claro que isto seria impossível. «Nada era feito por decreto-lei nem por imposição de cima para baixo», lembra Ulysses Guimarães. «O assunto provocou um grande debate. Mas se houve uma decisão, depois da controvérsia, é evidente que o assunto foi aceito por toda a

Nação. Não foi uma decisão de gabinete. A repercussão na opinião pública no próprio Rio de Janeiro era favorável a esta obra. O Congresso estava traduzindo uma aspiração nacional e não só um capricho do presidente da República. Quero ressaltar que vivíamos uma plenitude democrática, havia liberdade que era utilizada até para difamar o presidente da República, como nós todos sabemos. O Congresso funcionava livremente e nós tínhamos a maior autonomia dentro das nossas funções. Foi uma obra que associou o Executivo e o Legislativo. Mas o pioneiro, não há dúvida, o grande dinamizador, a figura excepcional deste estadista, a ele bastaria só a obra de Brasília, foi o presidente Juscelino Kubitschek».

O depoimento emocionado do atual presidente do PMDB suscita outras recordações. O deputado Milton Brandão que à época fazia parte da Comissão de Orçamento lembra de JK com ternura e respeito. «E uma figura que deve servir de exemplo marcante a nossa geração e devemos seguir os rumos a que traçou como político e cidadão». Ou relatos como do então deputado Lourival Batista que em 59 veio conhecer o local da futura capital. Hospedou-se no Brasília Palace Hotel e em seu primeiro passeio a pé, pelas cercanias do prédio, foi recepcionado por duas cobras respeitáveis. Ele era um udenista favorável a Brasília.

Da mesma maneira, o deputado José Sarney, integrante da UDN, juntava-se a Haroldo de Carvalho, Seixas Dória, Passos Porto, Edilson Távora, defendendo a iniciativa de Juscelino. «Embora fosse vice-líder da oposição, defendia a transferência porque achava que Brasília iria deflagrar um processo de desenvolvimento. Tanto que fui o primeiro deputado a se transferir para Brasília. Vim ainda em dezembro. Fechei o apartamento no Rio e mandei toda a bagagem para cá. Depois foi extremamente difícil encontrar a bagagem».

Getúlio e JK: Tancredo Neves, hoje presidente do Partido Popular, na época um deputado do PSD estreitamente ligado a JK, lembra que também Getúlio Vargas tem algo a ver com Brasília. «Antes que o grande presidente Juscelino Kubitschek assumisse o compromisso de construir Brasília eu já me havia engajado nessa imponente obra. O decreto que fixa a área da construção da nova capital é do governo do presidente Getúlio Vargas. O decreto que determinou essa área foi referendado por mim, como ministro da Justiça de Vargas».

«Meu compromisso com Brasília vem de antes do presidente Juscelino autor desta grande obra que é, sem favor, a obra do século. Colaborei intimamente com Kubitschek para que esta iniciativa se tornasse realidade. Brasília era um reclamo profundo de toda consciência nacional. Orgulho-me de ter pertencido aos quadros do PSD, o partido que trouxe a capital para o Planalto Central».

Depoimentos verdadeiros, emocionados, singelos, tranquilos evidenciam que a transferência da capital do Rio de Janeiro para

Brasília foi obra de artesão político. Coisa fina, paciência rara, extrema habilidade e profundo contato com a essência da política brasileira e do caráter nacional. Sem aliar tudo isto, com permanente bom humor, um toque sutil na maneira de falar, JK não teria chegado onde chegou.

Dito assim, no entanto, Brasília parece uma cidade sem adversários. Vale lembrar que Lacerda era o editor da Tribuna da Imprensa, agressivo jornal de oposição carioca. Chegou a publicar foto

Por que sua obra está atrasada, perguntou JK. Ele ouviu as explicações e deu 24 horas de prazo para a solução

imensa na primeira página em que o Congresso Nacional aparecia no meio do mato. Houve, na realidade, uma oposição forte, aguerrida e disposta a bloquear as iniciativas de JK. Aliás a lei que criou a Novacap, empresa encarregada de realizar a mudança, só foi aprovada depois que os udenistas conseguiram de JK a garantia que teriam assento na diretoria daquele organismo. Mas há quem, até hoje, mantenha sua posição contrária a mudança da capital.

O deputado Herbert Levy, na época da UDN, é um deles. «Nos grandes debates que antecederam a criação de Brasília votei contra a mudança da capital, como toda a bancada da UDN o fez. E hoje votaria novamente como naquela época, mantendo minha posição contrária a transferência. Mas também não favoreceria a permanência da capital no Rio. Sob o aspecto de mobilidade, de fácil acesso Brasília é melhor para se trabalhar. Logo ao início de Brasília o que mais me chamou a atenção foi a transformação dos deputados em prendados domésticos na arrumação e na mudança das residências, em razão da total falta de empregados».

Custo: O senador Saldanha Derzi também foi contra a mudança da capital. «Votei contra a transferência, sobretudo contra a localização aqui no Planalto Central, nesta região. Havia outros lugares onde se poderia tirar maior proveito econômico e social. A construção de Brasília acarretou o começo da inflação brasileira, gastou-se e o retorno até hoje ainda não chegou. Pagamos, até hoje, a construção de Brasília. Fui e sou contra a mudança da capital para Brasília. Veja só: o transporte de todo o material usado na construção foi feito de avião. Já imaginou o custo disto? Um absurdo. Na época eu era da UDN e apenas uns 16 ou 20 deputados votaram contra o projeto. Fui um deles».

Havia um terceiro grupo, que não era contra nem a favor da transferência da capital, era apenas cético. Ernani Sátiro, por exemplo:

«De modo geral ninguém acreditava naquilo. Foi necessário que surgisse um homem corajoso, com visão de estadista, como foi Juscelino e digo com a isenção de quem sempre foi seu adversário. Foi necessário que aparecesse um homem assim para que Brasília se transformasse numa realidade». Luis Viana Filho também cultivava semelhante ceticismo. «Não acreditava que Brasília fosse construída e como eu muita gente. Senadores, deputados e outras personalidades não acreditavam. Temos que reconhecer que foi uma decisão muito audaciosa e corajosa do presidente Juscelino».

Se os políticos divergem até hoje, é possível imaginar a que temperatura subiu o debate político provocado por um presidente da República que além de adversário lutava contra os céticos, uma postura tão devastadora, e às vezes mais, do que a da oposição aberta. Há um reconhecimento geral, genérico, sentimental de que um JK obsessivo, tenaz, algo visionário, às vezes insensato, amigo e bom político foi, ele sozinho, o responsável por tudo isto. Tancredo Neves conta história interessante. «Presenciei a instalação e inauguração do Catetinho. Lá assisti ao primeiro debate sobre uma planta colocada em cima da mesa entre Israel Pinheiro, Juscelino e Niemeyer. Eles discutiam dentro do Catetinho, embaixo de um temporal violento, como seria o Congresso, o Supremo Tribunal, a Catedral. A impressão que tive foi a de um debate entre homens armados de espírito de luta, e muita vontade de trabalhar. Foi ali, sob a luz de um lampião, o verdadeiro início de Brasília».

Nada do que aconteceu entre a derrubada da primeira árvore em outubro de 1957 e 21 de abril de 1960 é claro, nítido ou objetivo como gostariam que fosse os racionalistas. No Brasil foi assim, aconteceu uma saga diferente, percorrida pelos caminhos do sentimento, da esperteza, do malandro por necessidade. Tudo isto teve o tempero da religião, o condimento das previsões místicas, metafísicas, os sinis da antevisão, da possibilidade de prever antes o que acontecia depois. Brasília, na verdade, não tem uma explicação. Tem uma história, bonita história, tão ilógica e pouco razoável quanto a decisão de plantar no meio de cerrado deserto uma imponente capital.

Deu certo. A cidade existe e a capital funciona. Talvez seja a melhor resposta para quem foi contra sua construção. O simples pode ser o sofisticado. Quem sabe se tudo isto não decorreu apenas da vontade de JK de construir aqui uma cidade? Vai ver até que ele só estava pensando na sua reeleição em 1965? Quem sabe? Tudo isto são hipóteses, porque a grandeza da obra, sua consequência na integração do país, no desenvolvimento do Centro-Oeste e no surgimento de outro Brasil, transcendente, e de muito, qualquer ideia restritiva que se aplique à realidade. A realidade, desta feita, fantástica e imaginosa, vadia e delirante, foi muito além das abstrações, ultrapassou a teoria dos políticos da época.



Levy: até hoje contra Brasília



Gonçalves: escolheu o Planalto



Marinho: udenista a favor da nova capital



Viana Filho: cético quanto a mudança



Niemeyer e Costa: dois gênios



A primeira visita do General Lott (óculos escuros) a Brasília



Portugal: primeiro Embaixador em Brasília

Brasília parou, Niemeyer fala na Câmara

A Comissão do Distrito Federal convocou Oscar Niemeyer para debater o futuro da nova capital. O arquiteto compareceu, respondeu a perguntas e teve o cuidado de fazer um depoimento sobre suas intenções em Brasília, as dificuldades encontradas para construir a cidade. Naquela época, a capital já estava transferida, a questão era como consolidá-la. É o seguinte, na íntegra, o depoimento do arquiteto.

Senhores deputados, é com agrado que compareço diante desta Comissão para prestar informações sobre problemas de arquitetura de Brasília. Cidade que ajudamos Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro a construir com o melhor do nosso esforço, lutando contra o tempo, as distâncias imensas, a falta de estradas, lutando, inclusive, contra a oposição apaixonada dos que combatiam o Governo e o empreendimento.

Agrada-me, particularmente sentir que os sacrifícios e desconfortos não foram em vão, que Brasília, além do que significa para nós, brasileiros, desperta em todo o mundo, permitam-me dizê-lo, um interesse extraordinário, como demonstra a Exposição da Nova Capital, inaugurada agora em Paris por André Malraux, iniciativa exclusiva dos centros culturais e artísticos da França.

Agrada-me, ainda, ver-nos reunidos nesta Câmara, empenhados em resolver os problemas desta cidade, conscientes de que a Nova Capital está irreversivelmente fixada e que cumpre dotá-la dos complementos indispensáveis às suas funções humanas e administrativas.

Como sabemos, Brasília é uma cidade em construção, e isso justifica e explica — para os que conhecem o seu plano urbanístico — uma série de contradições e deficiências, que se adicionam a outras possivelmente de nossa competência, pois foi com inteira liberdade que realizamos nossos trabalhos.

CIDADES-SATÉLITES

Mas, se Brasília apresenta problemas e deficiências, constata-se, nos mesmos, Senhores Deputados, uma gradação de valores inofensíveis, que representa em Brasília a falta de conforto que algumas habitações possam oferecer, a falta de parques e jardins, de cinemas e teatros, de centros de diversão e cultura, que os mais favorecidos com tanta razão reclamam, diante dos que reclamam apenas o teto, o pão e a terra que também lhes deveriam pertencer? Que representam essas deficiências tão incômodas para a burguesia habituada ao luxo, às festas e diversões das grandes cidades, diante dos que sofrem, dos nossos velhos e dignos companheiros que com tanta humildade construíram esta Capital e hoje a vêem de longe, largados nessas incríveis cidades-satélites, nesses amontoados de barracos das cidades-dormitórios, depois de cinco anos de sacrifícios, que nada lhes deixaram, a não ser a pobreza que os oprime e avilta?

Que foi feito, Senhores Deputados, para corrigir tanta injustiça? Quando o Plano Piloto de Lúcio Costa indicava a solução certa com a integração de todos os habitantes de Brasília, inclusive dos trabalhadores nas quadras de habitação coletiva, para que juntos seus filhos nelas pudessem crescer e se formar, equilibrando assim o triste contraste que seus lares oferecem. Que foi feito para humanizar esta Capital, termo usado com tanta frequência e levandade? O que vemos e nos constrange é a desvirtuação dos objetivos básicos do empreendimento, o êxodo entusiasmado de populares de todos os recantos para a Nova Capital, ansiosos de melhores condições de vida e, agora, aqui acampados, em completo abandono, sentindo que para eles Brasília foi um sonho frustrado, sentindo, já revoltados, que os palácios, as casas, escolas e clubes que construíram nunca lhes

pertenceram e que chegou o momento de se unirem para traçar seu próprio destino.

O que vemos é a discriminação em progresso, com uma imposição de regime capitalista, ocupando as quadras de habitação, o comércio, as margens do Lago etc., transformando Brasília numa cidade como todas as outras desta Nação e como todas as outras injustas e contraditórias. Eis, Senhores Deputados, o que lhes desejava lembrar, a fim de que esta reunião não se perca em detalhes menores que V. Ex.^{as}, como representantes do povo, saberão desprezar, encaminhando as discussões para os problemas essenciais dos que sofrem e têm fome e com razão se revoltam, reclamando do Governo as reformas de base.

PROBLEMA DA HABITAÇÃO

O problema da habitação, em Brasília, tem de atender aos reclamos de uma cidade moderna, na base do urbanismo. A moradia dos proletários tem de ser estudada na base das habitações coletivas, e as casas residenciais para os mais abastados, ou apartamentos de luxo, ou casas com terreno separado. Todos os projetos que fizemos para a classe trabalhadora foram sempre na base da habitação coletiva. Para as habitações dos operários, tomamos como base o urbanismo contemporâneo; numa área enorme, cada casa tem seu pequeno jardim, atendidos os serviços comuns de luz, água. Portanto, é coisa conhecida essa parte da habitação coletiva para o operariado. Nesse sentido fizemos um estudo.

Perdoe-me dizer que tudo fizemos, que temos feito muito desde que a Capital se inaugurou. Mas, desse dia em diante, Brasília parou completamente. Não é culpa de ninguém. Todos os prefeitos têm servido à Prefeitura com o maior espírito público e boa vontade, sempre voltados para os interesses desta cidade. Mas há uma série de fatores que os têm impossibilitado de trabalhar. Por exemplo, o projeto que lhes vou mostrar já foi apresentado no tempo do Prefeito Paulo de Tarso, homem que trabalhou com a melhor boa vontade e interesse de atender aos problemas da Prefeitura; mas não teve verba e não pôde fazer nada, como ocorreu com os que lhe seguiram.

A idéia, então, é estudar um tipo de habitação coletiva, uma habitação mínima, constituída de uma sala, um banheiro, um kitchenete e uma área livre que, depois, o morador poderia dividir em dois ou três quartos. Essa residência, então, era construída como coisa completa, com divisões sanitárias. Era uma coisa absolutamente pré-fabricada e podia até ser organizada uma sociedade que transportasse esses tipos de moradia para o terreno ou local necessários.

Esse tipo de solução prestava-se a uma urbanização no sentido horizontal e, também, no sentido vertical. A mesma solução podia ser adotada no sentido horizontal, far-se-ia em altura, com dois, três ou quatro pavimentos. Trata-se de uma unidade, um elemento único que podia ser construído a preço baixo, pesava 25 toneladas e podia ser utilizado como convém neste tipo de urbanização, em soluções horizontais e verticais. Foi tudo estudado, e chegamos a esta solução: cada teto de uma casa passava a ser o jardim da outra. Tinha até um sentido diferente, uma das coisas que faltam na habitação moderna. Cada casa tinha seu jardim próprio. Foi apresentado isso, inclusive depois que o Prefeito Paulo de Tarso saiu, ao Sr. Sette Câmara, que está agindo, vindo se consegue executar. Apareceu finalmente um dos representantes do Banco Interamericano. Tive contatos com esse senhor, mas desisti, porque vi que era impossível, pois davam o dinheiro, mas queriam orientar a construção. Não queriam habitação coletiva, porque acho que têm medo de juntar vinte pessoas. Então, foi uma luta enorme, e consegui do Prefeito Sette Câmara

fazer um estudo, pedindo que pelo menos 30% das unidades fossem utilizadas em habitações coletivas. Assim, a urbanização se faria em termos modernos e seria uma coisa decente.

Tive muito empenho em realizar o plano essencial de Brasília, que é de habitações coletivas. Mas a cidade está se desvirtuando com favelas que invadem toda a sua área. Para corrigir isso já temos um plano. Mas a este também faltaram, sem culpa de ninguém, elementos de trabalho, dinheiro para levar adiante o empreendimento.

ESPIRITO DO PLANO

Além da questão da habitação coletiva, ficou então o problema de manter na cidade o espírito que o plano de Lúcio Costa estabelecia; que a cidade fosse executada sem discriminação de todos os seus habitantes.

As margens do Lago, por exemplo, no projeto, foram reservadas aos serviços comuns. Mas, pouco a pouco, os clubes burgueses foram ocupando a área toda. Não somos contra os clubes, mas achamos que o homem que trabalha tem de ter um meio de distração, um clube que possa frequentar. E esses clubes são completamente proibitivos, constituem hoje verdadeiras máquinas de fazer dinheiro. Trata-se de uma inversão da indústria imobiliária. Assim, as quotas para esses clubes custam Cr\$ 500.000,00, e o operário não

tem possibilidade de participar deles. Fiz um estudo de um clube operário. Apresentei-o ao Prefeito Paulo de Tarso, que se interessou, mas também não teve dinheiro. Apresentei-o agora ao Prefeito Ivo Magalhães e ao Sr. Darci Ribeiro, homem entusiasmado, interessado. Parece que há uma possibilidade de fazer um clube operário-estudantil. Será um clube de fácil acesso, com um restaurante, uma piscina grande, um teatro ao ar livre, a sede, e a parte de esportes, de futebol e campo de treinamento. É um clube onde as famílias operárias podem ir, com o mesmo direito que cabe a todos os outros que frequentam os clubes grã-finos. Foi, como disse, entregue ao Dr. Darci Ribeiro, e o Presidente João Goulart está interessado na sua execução. É outro problema pelo qual acho que esta comissão deveria interessar-se, porque não há razão para o operário só ter de trabalhar e depois pegar o ônibus e ir para o fim da cidade meter-se no barraco em que mora.

INTERESSE POPULAR

Outro assunto que também podia ser tratado é o Estádio de Brasília, cuja realização julgo de grande importância. O esporte é de interesse popular. Também fizemos um estudo sobre isso. Estudamos um estádio para 60 mil pessoas, como uma concha, que pode servir para futebol e também para música e teatro, coisas de interesse popular. Isso enriqueceria a cidade. Teria quadras de tênis, basquete, escola de educação física, num local

amplo, também com apartamentos para os que vêm de fora e precisam de alojamento. Também o projeto foi feito no tempo do Prefeito Sette Câmara, a quem o apresentei. Mas, não dispondo de meios, não pôde executá-lo. Agora, o Prefeito Ivo Magalhães, se está interessando pelo assunto. Quanto à parte de diversões, fizemos o que nos era possível. Estamos dependendo de providências que não nos competem. São questões de dinheiro.

As quadras de habitação que foram projetadas pelo Lúcio Costa são a complementação. Esta é indispensável. Não basta fazer o bloco de apartamentos, mas é preciso dar-lhe os complementos indispensáveis: o clube, a escola, o mercado, a igreja, enfim, tudo isso que justifica a habitação coletiva. Dos clubes de unidade-vizinhança, só foi feito um. Também eram necessárias providências nesse sentido. Entreguei à Prefeitura um desenho, coisa pré-fabricada, que pudesse ser feita em grande quantidade para ser espalhada pela cidade, porque sentia ser isso indispensável. Mas, pelos mesmos motivos, isso não foi feito.

CRÍTICAS JUSTAS

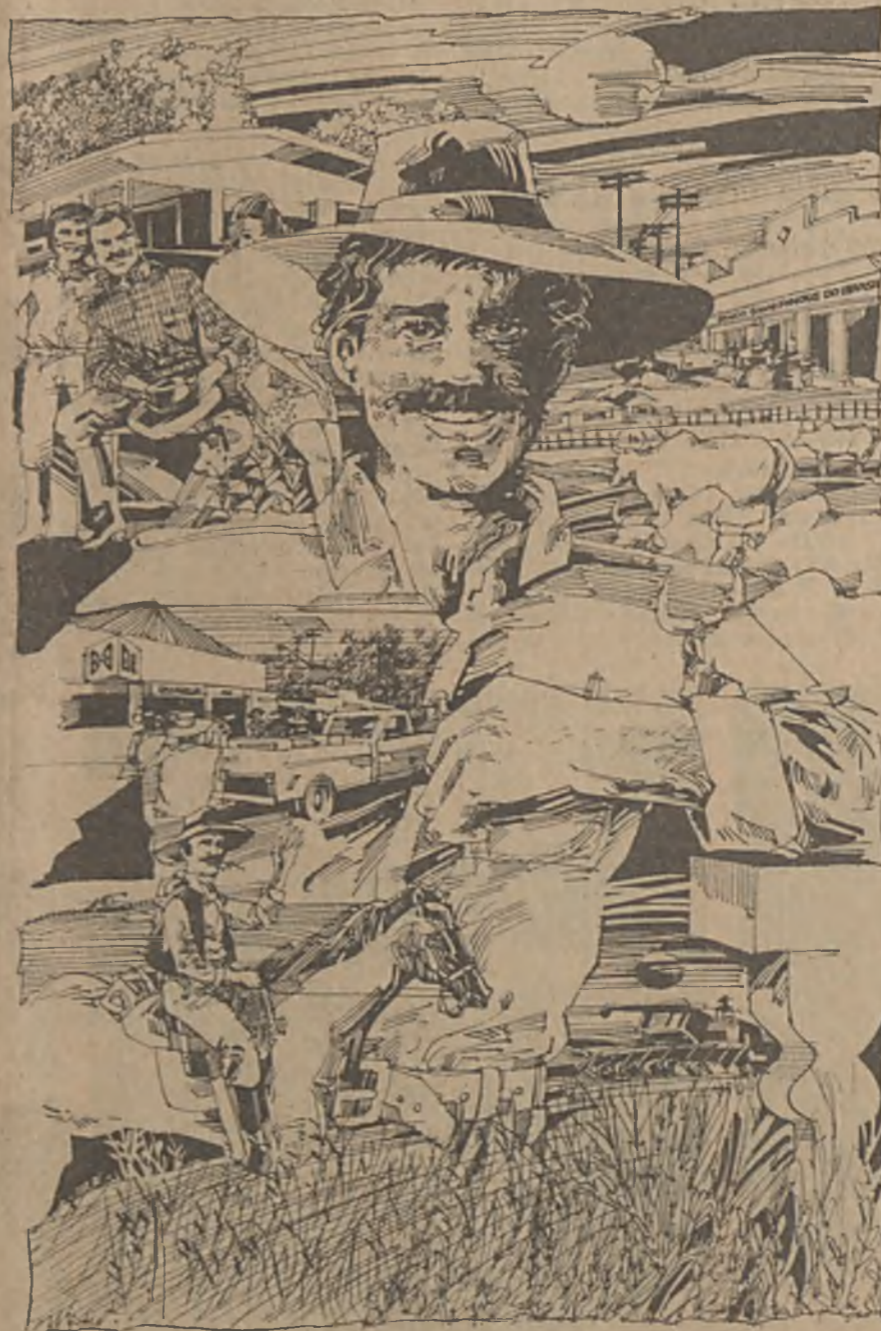
Há ainda a questão dos Ministérios. As vezes, é fácil fazer críticas, em Brasília. Estou cansado de responder a elas e, às vezes, fico até um pouco nervoso. As críticas, entretanto, são justas. Nos Ministérios, é difícil trabalhar, porque há a questão do sol. Tenho dado todas as explicações, mas não têm sido

divulgadas. Tinham sido estudados uns vidros especiais, sem proteção nenhuma, mas, a pressa da inauguração da cidade, tínhamos de proteger os ministérios de qualquer maneira. A única maneira de fazê-lo, em tempo útil, foi colocando aquelas cortinas. Isso foi feito, sabendo-se que era trabalho perdido. Já temos estudadas as proteções externas contra o sol, para os blocos dos ministérios.

É justo que se queixem do sol nos ministérios, mas também já esgotamos nossas possibilidades de explicar. Quanto aos Ministérios da Justiça e Exterior, os projetos todos estão feitos há três anos, e, se não foram construídos, também a culpa não é minha, nem do Prefeito de Brasília, mas dessa situação que sofremos, de não haver meios. Para mostrar que, quando há boa vontade, os trabalhos andam, aí está a Universidade de Brasília, que Darci Ribeiro está fazendo. Convido a Comissão a ver as condições. São construções pré-fabricadas, feitas de acordo com a técnica atual, rápidas e econômicas. Já fizemos muita coisa. Estamos construindo o Laboratório de Física, com mais de setecentos metros de comprimento, e a Universidade está trabalhando. É muito útil ir ver, para sentir que esse processo que estamos aplicando lá não foi possível em Brasília, porque a indústria de construções não tinha tido tempo de aparelhar-se.

Era o que eu queria explicar, e estou pronto a responder qualquer pergunta".

Veio da terra, sim, senhor. É o amigo do agricultor.



Arou é colheu os grãos. Financiou o comércio, cooperativas, indústrias. Engordou muito gado. Acompanhou o grito do aboio, abrindo estrada no meio da mata, nova trilha para os imigrantes de hoje.

Faz tanto tempo ele está lá, que o povo todo comenta: este é o banco da nossa terra, que cresce com os pés no chão.

É Bamerindus, meu irmão.



Jornal de Brasília

EXPEDIENTE

Editor: André Gustavo Strump
Diagramação: Airton Maia
Coordenador Comercial: José Airton Monteiro

ORGANIZAÇÃO
JAIME CÂMARA

Visão pioneira



Sayão: não viu sua obra

Para construir a nova Capital, Juscelino contou com a decisiva colaboração dos goianos. Em termos oficiais, foi o governo do Estado de Goiás quem deu o suporte legal inicial para a obra, elaborando leis de desapropriação de terras e garantindo a demarcação do terreno escolhido para a futura sede do Distrito Federal.

Mesmo na oposição udenista, JK tinha aliados em Goiás. Foram esses deputados que não permitiram que o projeto de lei autorizadora do início da construção ficasse dormindo em gavetas de parlamentares que se opunham de todas as formas ao programa de governo do presidente, à sua Meta-Sintese.

Depois, com os trabalhos já iniciados, foram os goianos os primeiros a integrarem-se no esforço construtor. Goiás havia passado muitos anos isolado do restante do país. Aquela era uma oportunidade importantíssima para romper o isolamento e atingir o desenvolvimento econômico esperado pela comunidade. Brasília era a materialização de um sonho goiano.

Foi justamente entre os goianos que Juscelino encontrou a figura de Bernardo Sayão, na época vice-governador do Estado, que desde o primeiro momento integrou-se ao projeto, abrindo mão do conforto que sua cidade e sua casa lhe ofereciam, para embrenhar-se no cerrado, abrir estradas, animar o espírito de quantos chegavam ao pó vermelho da região, com a esperança de obter trabalho. Alto, com quase dois metros, com corpo de gigante, vestido de branco, botas altas e um vasto chapéu, Sayão era o novo bandeirante que Juscelino precisava para executar suas idéias.

E foi essa a imagem que ele deixou, em quatro anos de trabalho intenso, sem descanso nem conforto. Foi ele quem comandou a primeira frente de trabalho, que saiu de Goiânia, pelo meio do cerrado, com destino ao sítio Castanho, local escolhido para o erguimento da nova cidade. Atendendo a um pedido de Juscelino, aceitou transferir-se para o local da construção assim que as primeiras árvores caíram. Veio com a família, acampou inicialmente debaixo de uma árvore, armou sua barraca e aí ficou.

Dirigiu toda a fase de implantação das primeiras frentes de

trabalho de Brasília, trouxe pessoalmente máquinas, ferramentas, medicamentos e tudo o mais que a empreitada requeria. Sobre tudo trouxe sua disposição para o trabalho e a alegria com que encarava as tarefas mais difíceis. Por um novo pedido de Juscelino, demarcou e construiu o primeiro aeroporto da cidade, onde o presidente desceu com seu DC-3, pregando um susto em sua comitiva, que nada sabia e imaginava que o acesso a Brasília seria feito de jipe, a partir de Planaltina.

Quando Brasília já era um imenso canteiro de obras, e a construção da cidade era tida como irreversível para o presidente e seus principais colaboradores, Juscelino decidiu atacar uma nova e ousada empresa: a construção da estrada Brasília-Belém. Uma frente de trabalho viria do Norte, outra sairia de Goiás, para encontrarem-se em plena selva, no ato de consolidação da estrada, considerada vital para o desenvolvimento brasileiro.

Para comandar a frente que sairia daqui, JK não pensou em outro nome: ele precisava mais uma vez do espírito de sacrifício de seu amigo bandeirante. Bernardo Sayão sequer discutiu o convite do presidente. Para ele os desejos de Juscelino eram ordens que precisavam ser cumpridas imediatamente. Foi o que fez.

Subiu em seu caminhão e enfrentou novamente o cerrado, rumo à floresta. Conhecedor da região e de seus problemas, havia iniciado anteriormente um projeto agropecuário na região de Ceres. Sabia que a estrada pensada por JK era correta, havia sentido pessoalmente as dificuldades de escoamento da produção naquela região do país. Por isso tratou de não perder tempo e dedicou-se à construção da estrada. Juscelino queria presidir a cerimônia do encontro entre as duas frentes de trabalho no dia 31 de janeiro de 1959. Os prazos de JK eram sempre curtos, mas possíveis de serem executados, se houvesse dedicação integral ao trabalho.

As dificuldades eram imensas. Além do problema da região, de acesso difícil, onde o trabalho inicial tinha que ser feito no rumo, não havia máquinas nem ferramentas adequadas para a abertura de uma estrada daquele porte. Eram dificuldades, não obstáculos. E com o que havia disponível foi empregado na abertura da rodovia,

enquanto o presidente determinava que um de seus assessores fosse comprar máquinas maiores nos Estados Unidos. Sem planos mais detalhados, sem máquinas adequadas ao tipo de tarefa proposta, só mesmo a determinação das pessoas faria progredir o projeto da Brasília-Belém. Foi assim que a importante estrada começou a ser aberta.

A maldição da floresta, no entanto, não deixou que Bernardo Sayão visse sua obra concluída. Dois anos depois de iniciar a tarefa, enfrentando dificuldades de toda ordem mas contando com máquinas melhores e maiores, ele encontrou a morte no meio da selva. Faltavam quinze dias para que as duas frentes de trabalho se encontrassem. A turma de Bernardo Sayão sofria privações de ordem alimentar. Não havia o que comer e ele mandara um recado desesperado ao Rio de Janeiro: mandem comida, senão as máquinas ficarão paradas e os prazos não serão cumpridos.

A mensagem chegou ao presidente, que determinou imediatamente o envio de socorro ao amigo. JK, em suas memórias, narra que o SOS de Sayão deixou-lhe muito preocupado. Ao meio-dia de 15 de janeiro de 1959, Bernardo Sayão conferenciava com seus principais auxiliares, em sua barraca de campanha. Um deles saiu por um momento. Então, um imenso jatobá desabou sobre a barraca. Os outros sofreram ferimentos leves, mas ele foi o mais atingido: o grosso caule da árvore destróçara-lhe todo o lado esquerdo de seu corpo, ferira-lhe a cabeça, cortara-lhe o braço e uma perna.

Mesmo ferido, o gigante ainda estava lúcido. Determinou a um companheiro que lhe tirasse a bota da perna esquerda, reclamou da dor que sentia e deixou-se à espera de socorro. Um avião sobrevoava o local, jogando mantimentos para os trabalhadores. Os sinais foram feitos, mas o avião não desceu. Havia, porém, entendido o recado e, pouco depois, chegava um helicóptero para levar Sayão à cidade mais próxima. Ele viajou inconsciente e morreu antes de chegar ao povoado. Seu enterro ocorreu em Brasília, com a presença de Juscelino. Muito antes de morrer, quando abriu o local para o cemitério de Brasília, falou com piedade sobre o primeiro morto daquele local. Ninguém usaria imaginar que caberia a ele inaugurar o Campo da Esperança.

GESTO VIVO



*Com um gesto, Juscelino,
pretendemos demonstrar
o nosso carinho.
A mão que pacificou
foi a mesma que construiu.*

Criação e Fotografia: Reginaldo Marinho

SESC · SENAC · FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BRASÍLIA



Golden Cross
ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE



**garantindo
sua tranquilidade**

Atendendo ao chamado da Alvorada e desde então, não cessamos de nos empenharmos para o crescimento da Capital, melhor forma de prestar uma justa homenagem ao Presidente JUSCELINO KUBITSCHKEK.



CONSTRUÇÕES E TOPOGRAFIA BASEVI LTDA

Serviços de Terraplenagem, Pavimentação, Urbanização, Topografia, Estudos e Projetos.

CLS - Q. 302 - Bl. B - Loja 25. Fones: 224-1558 - 224-8308. Telex: 061-1767 - Brasília-DF.

JUSCELINO KUBITSCHKEK

INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO

PROGRAMAÇÃO

HOJE Dia 12 - Sábado	15:00 horas	— Encerramento da visita pública à Câmara Ardente. Permanecerão, no local, apenas os familiares do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira que acompanharão o cortejo;
	15:45 horas	— Transporte da urna para o carro do Corpo de Bombeiros, pela Guarda de Honra, da PMDF e CBDF;
	16:15 horas	— Traslado da urna funerária para a Praça do Cruzeiro. O cortejo será organizado da seguinte forma: — Batedores da PMDF, Exército, Marinha e Aeronáutica; — Carreta funerária; — Carro do Ministro religioso; — Carro de D. Sarah Kubitschek; — Carro da família; — Carro da família; — Carro do representante do Presidente da República; — Carro do representante do Congresso Nacional.
	16:40 horas	Trajetória: Praça dos Três Poderes (a Guarda do Palácio do Planalto prestará continência à passagem da urna defronte ao Palácio)/Esplanada dos Ministérios/Estação Rodoviária/Eixo Monumental/Praça do Cruzeiro. — Chegada do Senhor Governador do Distrito Federal e Senhora à Praça do Cruzeiro; — Chegada do Senhor Vice-Presidente da República e Senhora e outras autoridades; — Aproximação do cortejo da Praça do Cruzeiro; — Honras militares por contingentes das três Forças Armadas;
	16:45 horas	— Chegada da urna funerária à Praça do Cruzeiro;
	17:00 horas	— Chegada de Suas Excelências o Senhor Presidente da República e a Senhora João Baptista de Oliveira Figueiredo, sendo recebidos por D. Sarah Kubitschek, Vice-Presidente da República e Senhora e Governador do Distrito Federal e Senhora. — Missa de corpo presente, oficiada por Dom José Newton de Almeida Baptista, Arcebispo de Brasília. — Oração — pela Excelentíssima Senhora Sarah Kubitschek; — Término da missa; — Peça musical interpretada pela cantora Maria Lúcia Godoy; — Transporte da urna para o Memorial JK, pela Guarda de Honra. Durante o deslocamento, até a entrada do Memorial, será executada uma salva de 21 tiros de canhão.
		Acompanham a urna: — Senhora Sarah Kubitschek e familiares; — Presidente da República e Senhora; — Vice-Presidente da República e Senhora; — Governador do Distrito Federal e Senhora; — Presidente do STF e Senhora; — Presidente do Senado Federal e Senhora; — Presidente da Câmara dos Deputados e Senhora; — Arcebispo de Brasília; — Membros da Diretoria do Memorial JK.
		— Parada na entrada do Memorial, onde será executado o "Toque de Silêncio". — Deslocamento para o interior do Memorial;
	18:10 horas	— Sepultamento dos restos mortais do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira;
	18:15 horas	— Saída de Suas Excelências o Senhor Presidente da República e a Senhora João Baptista de Oliveira Figueiredo;
	18:20 horas	— Visita pública, iniciando pelas autoridades e convidados do "Setor 01", demais convidados e público em geral. A visita, nesse dia, se restringirá à Câmara Mortuária, em sentido único, sem parada do público.



JUSCELINO KUBITSCHKEK

Inauguração Memorial

PROGRAMA

HOJE	16:00 -	Saída do corpo do Congresso Nacional para o local da missa na praça do Cruzeiro (atrás do Memorial)
	16:45 -	Chegada do Governador
	16:50 -	Chegada do cortejo
	16:55 -	Chegada do corpo no local da missa
	17:00 -	Chegada do Presidente da República e início da missa
	18:00 -	Enterro solene do corpo do Presidente JK no Memorial

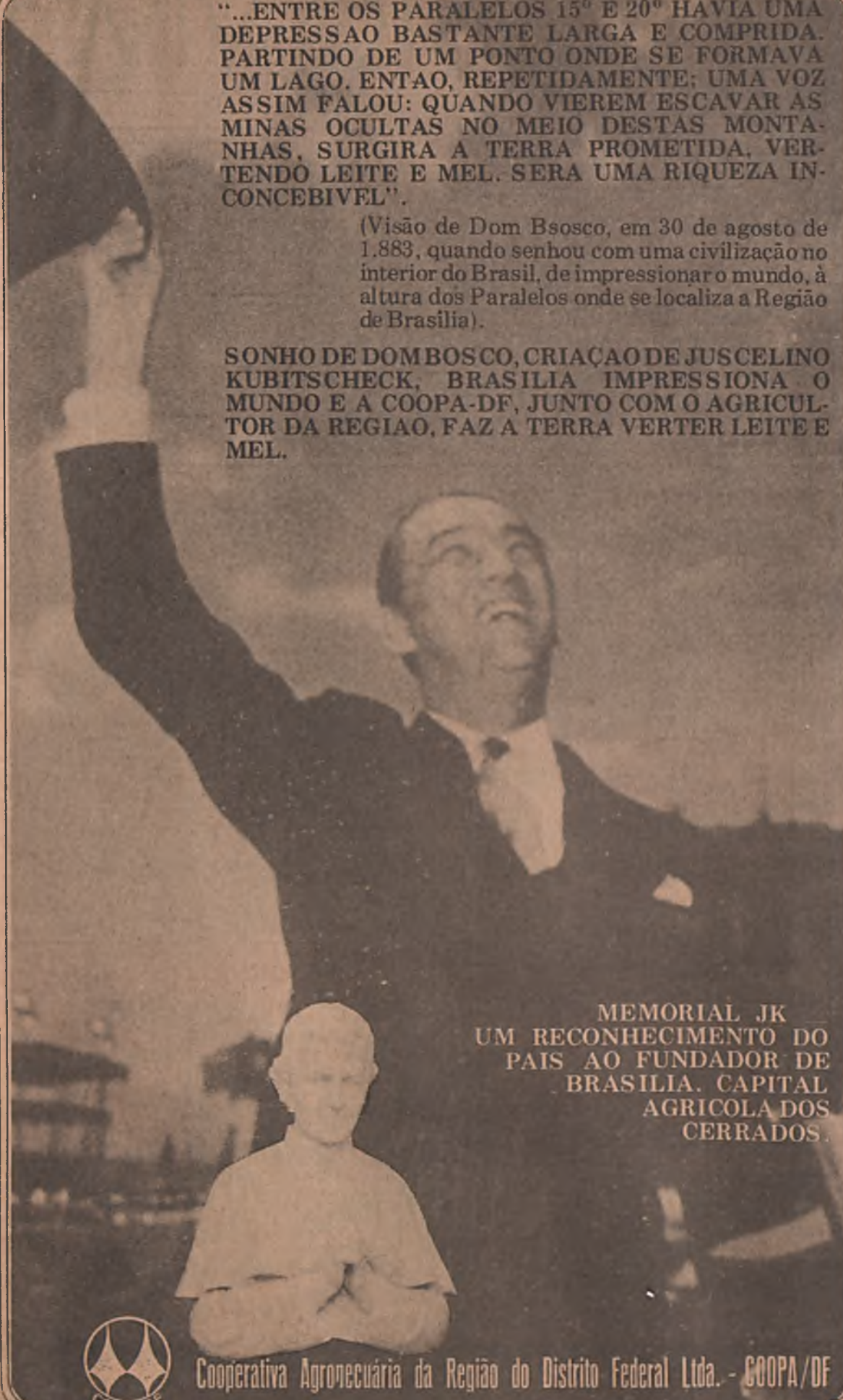


Jornal de Brasília

"...ENTRE OS PARALELOS 15° E 20° HAVIA UMA DEPRESSÃO BASTANTE LARGA E COMPRIDA. PARTINDO DE UM PONTO ONDE SE FORMAVA UM LAGO. ENTAO, REPETIDAMENTE; UMA VOZ ASSIM FALOU: QUANDO VIEREM ESCAVAR AS MINAS OCULTAS NO MEIO DESTAS MONTANHAS, SURGIRA A TERRA PROMETIDA, VERTENDO LEITE E MEL. SERA UMA RIQUEZA INCONCEBIVEL".

(Visão de Dom Bsooco, em 30 de agosto de 1.883, quando senhou com uma civilização no interior do Brasil, de impressionar o mundo, à altura dos Paralelos onde se localiza a Região de Brasília).

SONHO DE DOM BOSCO, CRIAÇÃO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK, BRASÍLIA IMPRESSIONA O MUNDO E A COOPA-DF, JUNTO COM O AGRICULTOR DA REGIAO, FAZ A TERRA VERTER LEITE E MEL.



MEMORIAL JK
UM RECONHECIMENTO DO
PAIS AO FUNDADOR DE
BRASÍLIA. CAPITAL
AGRICOLA DOS
CERRADOS.



Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal Ltda. - COOPA/DF

Ao ensejo da inauguração do Memorial JK, nós da SONDEC, queremos lembrar que o Brasil não está vivendo momentos de crise, mas, sim momentos que requerem muita garra e muita luta, e todos aqueles que acreditarem no potencial de nosso país, certamente atingirão a meta que traçaram para si próprios.

Nós, da SONDEC, temos como exemplo a seguir a garra e o espírito de combatividade e luta, deste que foi uma das maiores figuras públicas que governou este país: Jk. Esta garra e este espírito de luta e confiança no futuro de nosso país continuam cada vez mais arraigados em nossos corações, pois assim como JK, também o nosso grande presidente João Figueiredo, caminha sempre para frente, atingindo e ultrapassando todos os horizontes vislumbrados e o povo brasileiro pode ter uma certeza: A de que este país ainda ocupará um merecido lugar de destaque no cenário internacional.

Viva Brasília, viva o Brasil!



SONDEC
SONDEC, SONDAGENS
ENGENHARIA
CONSTRUÇÕES LTDA.

SONDAGENS - FUNDAÇÕES
CONSTRUÇÃO CIVIL
fones. 233-1336 - 233-6409

Salas 105/6/7/12/13/14
SIA - 03 Lote 990 sf 07/12/12
Brasília - DF





Mello: cidade atípica

A caminho do Oeste

Secretário de Viação e Obras, o gaúcho José Carlos Mello tem diante de si a fascinante tarefa de trabalhar na administração de uma cidade atípica. Igual às demais cidades brasileiras nas desigualdades e nos problemas, a capital brasileira tem características peculiares. É cidade planejada, com muitos ideólogos e um plano mestre que resiste à ação do tempo. Mello concedeu entrevista exclusiva ao **Jornal de Brasília**.

Pergunta: Quais as principais dificuldades de se administrar Brasília atualmente?

José Carlos Mello: A dificuldade de avaliar uma cidade como Brasília pode ser exemplificada por um diálogo ocorrido entre Lúcio Costa e Juscelino, na época da construção. Quando da concretagem da plataforma rodoviária, Lúcio sugeriu a JK que fizesse um projeto mais modesto. Isso está transcrito numa das inúmeras palestras dadas por Lúcio em Brasília. JK disse que não, que os projetos de Brasília deveriam ser grandiosos. Disse Juscelino: este é o momento de fazer o supérfluo, senão vamos atrofiar a capital. O essencial alguém no futuro, vai ter que fazer. De fato, se não fossem feitos os ministérios, a Catedral, os palácios, a Rodoviária, talvez Brasília não existisse. Se fosse feita a melhor rede de esgotos da época e não a parte monumental da cidade, talvez ficasse uma rede de esgotos perdida no cerrado e não morasse ninguém aqui. Foi, de fato, uma visão própria para a época. Hoje Brasília tem mais de um milhão de habitantes e chegou a hora de se enfrentar os problemas essenciais e pode-se dizer que o Governo do Distrito Federal está totalmente voltado para o lançamento dessa infra-estrutura básica, voltado primordialmente para as obras enterradas, que são de elevado custo e, frequentemente, com um ônus político muito grande, pois são obras traumáticas durante a execução e totalmente esquecidas depois de executadas. Está aí, por exemplo, a Secretaria de Serviços Públicos,

aqui é bem inferior à maioria das outras cidades. Tudo isso graças ao próprio traçado da cidade. A concepção e a privacidade das superquadras, a lei do uso do solo, que afasta para locais apropriados atividades como a indústria, que podem provocar algum dano à qualidade de vida. Podemos dizer, então, que, a rigor, não temos problemas mais sérios no Plano Piloto. Os que existem podem ser considerados normais, relativos à conservação, à urbanização das quadras da Asa Norte, que foram ocupadas rapidamente, gerando uma defasagem muito grande entre a necessidade de urbanização e a capacidade do poder público ofertar serviços. Há quadras já habitadas que ainda terão que esperar um ano pela urbanização. O Lago Norte, de urbanização extremamente dispendiosa. Além disso, deve-se considerar a baixa densidade habitacional do Lago Norte, que eleva ainda mais os custos per capita de qualquer obra. O Lago Sul, onde estamos pavimentando todos os conjuntos. E um programa de governo: em dois anos todo o Lago Sul deverá estar pavimentado.

Pergunta: Há outro tipo de problema?

JCM: Penso que o maior problema, em termos de Plano Piloto e Cidades-Satélites, seja a questão econômica. Brasília não goza de economia de escala. Numa superquadra, apenas 40 por cento da área pode ser usada para prédios residenciais. O resto é área verde, de lazer, de circulação, de serviços. O custo per capita da infra-estrutura é lançado sobre 40 por cento apenas, 60 por cento ficariam a cargo do poder público. Um conjunto, que é uma rua do Lago Norte, com 20 casas, em outra cidade, não teria 20 casas, mas edifícios, com vários apartamentos cada um. O custo da infra-estrutura se diluiria. O custo aqui é muito caro. Acrescente-se que talvez seja a única cidade do Brasil onde toda a infra-estrutura é custeada pelo poder público. Tomemos outra cidade, Porto Alegre, por exemplo: os custos são divididos em três partes, uma custeada pela Prefeitura e as outras duas pelos moradores de cada lado da rua. Em outras cidades, a Prefeitura não paga nada, é metade para cada lado de uma rua. Em Brasília não. É uma tradição que vem da criação da cidade. O poder público deve arcar com todas as despesas de infra-estrutura, que não são transferidas para os moradores. Algumas cidades-satélites têm projetos urbanísticos não compatíveis com o nível de renda da população. O Gama tem um projeto que foi apresentado no concurso para o Plano Piloto. Um projeto para uma Capital, bem colocado no concurso, foi aproveitado para uma cidade-satélite. Temos problemas também com o rápido crescimento de algumas cidades-satélites: a Ceilândia, com 10 anos, tem 300 mil habitantes. E o caso de pensar quantos anos demoraram Rio ou São Paulo para atingirem 300 mil habitantes. O acréscimo gradual da população permite que o poder público também atenda gradualmente a demanda de infra-estrutura. Água, esgoto, luz, transportes, pavimentação, tudo vai sendo feito gradualmente, acompanhando o crescimento da população. Em Brasília não. No caso da Ceilândia, houve um crescimento patológico. Uma cidade de 10 anos com 300 mil pessoas, naturalmente tem carências de toda a ordem em termos de infra-estrutura urbana. E isso onera enormemente o governo, ainda mais se considerarmos que é meta prioritária da atual administração do Distrito Federal suprir essas deficiências num prazo de quatro anos. O que é justo, porque nas cidades-satélites moram 75 por cento da população do Distrito Federal. As cidades-satélites não poderiam continuar no esquecimento. Temos o caso do setor P (Taguatinga), que é mais patológico ainda: em outubro completará dois anos, com 15.400 casas, cem mil habitantes. Para corrigir essa defasagem estamos alocando dois bilhões de cruzeiros. Um investimento enorme, um problema muito sério.

P — E o Plano Piloto?

JCM — Vamos nos ater mais à conservação, à manutenção da qualidade de vida, com investimentos naturalmente menores.

P — Essa explosão das cidades-satélites é analisada como questão diretamente ligada ao processo de construção de Brasília ou pode-se dizer que seja reflexo do problema geral da economia brasileira?

JCM — A origem das cidades-satélites está ligada à construção de Brasília. Elas não foram planejadas inicialmente, não foram concebidas. Mas a necessidade de acomodar a mão-de-obra que veio trabalhar na construção da cidade e que depois continuou trabalhando na consolidação da capital, tinha que morar em algum lugar. Então surgiram as cidades-satélites. Há o caso do Núcleo Bandeirante, que terminada a construção de Brasília deveria ser demolido. Chegou a haver um movimento de transferência da população do Núcleo Bandeirante para a Asa Norte. Depois, por uma série de pedidos da própria comunidade, o Núcleo Bandeirante acabou sendo consolidado como uma cidade-satélite. Elas foram surgindo da necessidade de acomodar a parcela da população que veio trabalhar na construção da capital. Com o correr do tempo elas começaram a acomodar o fluxo migratório que passou a se dirigir para Brasília. E natural, Brasília, Capital da República, é um pólo de desenvolvimento, um pólo gerador de empregos ou de expectativa de emprego, de melhor qualidade de vida de melhor assistência médica, de possibilidade de escola e até de obtenção de uma casa popular com relativa facilidade, como ocorreu durante muitos anos. Todos esses fatores, combinados, fizeram com que Brasília atraísse uma população muito maior do que a esperada. A partir daí, também as cidades-satélites cresceram.

P — A ideia desenvolvimentista de JK era certa, como se pôde comprovar através do tempo. O plano de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer tem se comportado com o mesmo acerto?

JCM — Penso que em termos de ocupação do Centro-Oeste não há dúvidas de que a ideia foi fenomenal. Estamos ocupando hoje o Centro-Oeste com uma defasagem de mais ou menos 60 anos em relação ao mesmo tipo de ocupação feito pelos norte-americanos, que têm hoje, nessa região, um centro produtor de alimentos e bens primários como fatalmente virá a ocorrer no Centro-Oeste brasileiro. Como fator de descompressão do litoral e indução do desenvolvimento, não há dúvida: temos Goiânia, Anápolis, uma série de cidades menores, na região geoeconômica, outras ao longo das grandes rodovias. Tudo isso demonstra a validade da ideia. O Plano Piloto também não há dúvida de que é bom. Só o fato de não termos aqui a série de problemas de outras cidades grandes já justificaria. O traçado, a concepção da superquadra, o convívio intenso com a área verde, o zoneamento, tudo isso faz com que Brasília não tenha os problemas comuns de outras cidades semelhantes. Isso prova que o Plano Piloto, o traçado urbano de Lúcio Costa foi muito bom.

P — Mas e a dicotomia existente entre a qualidade de vida do Plano Piloto e a das cidades-satélites?

JCM — Isso não é de hoje. O Plano Piloto sempre foi dicotômico. O elitismo sempre existiu, de uma certa maneira. As quadras 400, construídas no início de Brasília, tinham prédios modestos, que para baratear a construção não tiveram nem pilotis. São edifícios desconfortáveis, feios. Ao mesmo tempo, se edificavam as quadras 200, 100 e 300, com outro padrão. O elitismo é realmente uma marca de Brasília, acentuada com o surgimento das cidades-satélites. Se extrapolarmos as fronteiras do Distrito Federal e formos aos loteamentos na direção de Luziânia, poderemos ver que a tendência é uma ainda maior disparidade, uma ocupação elitista do solo, que não é só de Brasília. E problema de todo lugar onde a população mais pobre tende a ser afastada do centro urbano e ser onerada com custos mais altos de transporte, falta de infra-estrutura, etc.

Com pensamento positivo, sempre lutou pelo bem estar e grandeza do povo brasileiro e do Brasil. Demonstrou-nos que um homem com fé e boa vontade pode realizar seu sonho. De nada, nada, criou uma cidade, BRASÍLIA, Capital Federativa do Brasil. Pois, hoje, todos os brasileiros tiram seus chapéus para esse grande homem — Juscelino Kubitschek de Oliveira — homenageando-o com a inauguração do Memorial JK, na data de seu aniversário, 12 de setembro de 1981.



Na foto acima, de 1958, ocasião da visita do Príncipe Mikasa, representante do Imperador do Sol Nascente: Primeiro, à direita, Presidente JK; segundo, o Príncipe Mikasa (de chapéu) e ao centro nosso patriarca da Família Onoyama, Saburo Onoyama, no momento de plantio de um pinheiro simbólico em Brasília.

De fato se não fossem feitos os ministérios, a Catedral, os palácios a rodoviária talvez Brasília não existisse

com um belíssimo programa de despoluição do Lago, através do lançamento de uma rede de esgotos, em quatro anos, para todo Plano Piloto e cidades-satélites. Aqui na SVO, temos um programa de combate à erosão, aplicando, a preços de 1979, quatro bilhões de cruzeiros, durante os quatro anos de duração do programa. O programa de melhoria do sistema viário de transporte coletivo, urbanização de áreas, como o setor P, que consome no momento dois bilhões de cruzeiros em urbanização. Então, diria que os problemas se restringem mais ao vultoso recursos exigidos e à natureza das obras a serem executadas. Atualmente, os problemas maiores não são encontrados no Plano Piloto.

Pergunta. Por que não?

JCM: A partir do conceito de que problema é uma situação anormal frente a uma outra, considerada boa, o Plano Piloto, considerando-se como uma cidade de certo porte, capital de um país, não tem os problemas normais de uma cidade semelhante. Não temos poluição atmosférica, engarrafamento de tráfego, índices elevados de poluição sonora, temos um convívio intenso com as áreas verdes, uma qualidade de vida que pode ser considerada excepcional. Basta dizer que a ONU considera como área verde ótima per capita 25 metros quadrados por habitante. No Plano Piloto nós temos mais de 70 metros quadrados por habitante, três vezes mais do que o índice da ONU. Temos a segurança para as crianças, nas superquadras. O número de acidentes de trânsito

Homenagem da Chácara Onoyama e Onoyama Paisagismo e Ajardinamento Ltda.

Fone 561-4962

Fones 561-1233 - 562-0215

Há queixas, entre os pioneiros, pelo fim da solidariedade existente nos tempos da construção da cidade: há queixas dos arquitetos, organizados ou não, de adulterações no plano original da cidade, das violências que teriam sido cometidas contra o plano original; e há queixas, também, do resto do Brasil, dizendo que Brasília é uma cidade administrativa, que só engole recursos públicos, que poderiam ser distribuídos para o resto do país. Como atuar dentro desse quadro de queixas?

JCM — É claro que tenho que adotar uma posição defensiva: em primeiro lugar, diria que Brasília, sua construção, foi quase uma revolução. Conversando com pessoas que participaram dela, sente-se que foi uma epopéia, uma epopéia da qual, apesar da grandiosidade da obra, participaram muito poucas pessoas. O presidente da República, o arquiteto principal, eram pessoas do dia-a-dia, frequentavam os bares do Núcleo Bandeirante. Israel Pinheiro dirigia seu próprio jipe, cumprimentando pessoas e tomando decisões. Houve um reduzido participando disso, dessa solidariedade. É inimaginável o sofrimento que essas pessoas passaram, o desconforto que viveram, isso naturalmente traz solidariedade. Processo de consolidação, a perda de origem dos atuais moradores de Brasília, que não têm mais muito a ver com suas raízes, tudo isso faz com que essa solidariedade fosse se diluindo, a ponto de, daqui há alguns anos, ser lembrada apenas em institutos históricos, em museu, memoriais, bibliotecas, como aconteceu com qualquer outra epopéia de pioneiros.

P — E os arquitetos?
JCM — A queixa não procede. Porque quem comandou o processo de desenvolvimento urbano ao longo desse tempo, deu sequência, digamos, ao plano de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, foi a Novacap e a Secretaria de Viação e Obras, onde os técnicos são basicamente arquitetos, que continuam planejando a construção de Brasília, continuam sendo ouvidos, continuam orientando. As decisões do conselho de Arquitetura e Urbanismo sempre foram orientadas por arquitetos. No atual governo, o governador Aimé Lamaison promoveu uma reaproximação com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Temos, inclusive, recebido uma colaboração enorme. A reforma do Teatro Nacional teve participação intensa de Oscar Niemeyer, orientando, dizendo como devia ser feito, como não se fizesse etc. Sempre que a Terracap planeja novas obras consulta Lúcio Costa, Oscar Niemeyer. A reforma do Brasília Palace é um exemplo: a primeira palavra a ser ouvida foi a de Niemeyer.

Pode-se dizer, hoje, que ele tem participação muito ativa no governo do Distrito Federal, em termos arquitetônicos. E, diga-se de passagem, é uma participação não-remunerada, pelo amor que ele dedica à cidade. Igual acontece no plano urbanístico. Tudo o que se faz o professor Lúcio Costa é ouvido. Neste governo não houve nenhuma modificação, alteração, nenhuma norma nova que saia da rotina, sem que ele tivesse sido ouvido. Como ele não vem a Brasília, porque fica comovido toda vez que vem aqui, nós vamos a ele. O que se pode observar é que as críticas muitas vezes não procedem. Se olharmos o projeto original do Plano Piloto e compararmos com as modificações veremos que a maioria do que foi feito foi para melhor. Foi muito criticada, por exemplo, a ligação da W-3 Norte com a W-3 Sul. Não era prevista no Plano, mas se criou uma situação de fato, as duas avenidas, que seriam avenidas para fundo de comércio, foram desde sua origem frente de comércio, grandes volumes de tráfego.

A ligação era inevitável e não chegou a prejudicar a concepção urbanística de Brasília, veio apenas melhorar o traçado da cidade. Tanto assim, que em conversas com o professor Lúcio Costa, nós não sentimos dele nenhuma mágoa, nenhuma restrição a essas alterações. Ele mesmo diz que a cidade é dinâmica, precisa de atualizar. E muita coisa se fala em nome dele sem ser verdade. Quando assumi a secretaria havia uma lenda de que ele não gostava de letreiros luminosos, por isso Brasília não tinha normas para letreiros luminosos, por isso tinha uma parafernália de letreiros, alguns bonitos, outros não. Conversando com ele, ouvimos que ele acha letreiros uma beleza, e citou o Times Square, o Picadilly Circus, e outros, disse que o letreiro dá vida à cidade. Então fizemos normas para os luminosos, ouvindo Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e hoje a cidade resolveu esse problema. Era uma lenda. O que observo deles é um amor muito grande a Brasília, com um espírito de colaboração enorme.

P — E o resto do País?
JCM — Responde perguntando: será que a ocupação do centro-oeste não compensa tudo isso? Daqui a uns quatro ou cinco anos isto aqui será o grande centro produtor do país, com cidades importantes, gerando empregos, como já fazem Goiânia e Anápolis. Há outro aspecto: o funcionário público em Brasília se profissionalizou. Ele, às oito e meia da manhã, está no trabalho. Tente ainda hoje encontrar um funcionário público em uma repartição do Rio de Janeiro a essa hora. Em Brasília ele é um profissional do serviço público, aumentou sua produção, seu número de horas de trabalho dedicadas à decisão de problemas nacionais. Será que isso também não foi benéfico? Acredito que se for feita uma relação custo-

benefício, considerando os benefícios que Brasília trouxe, só no aspecto econômico, a ocupação do centro-oeste, o aumento da fronteira agrícola e a profissionalização do funcionário público, com os custos de implantação, creio que teríamos uma relação muito favorável à construção de Brasília.

P — Administrar Brasília, então, não pode ser considerada uma herança muito pesada?

JCM — Não. Administrar Brasília, com lei do uso do solo, com zoneamento bem definido, com um bom traçado urbano, talvez seja melhor do que administrar uma cidade caótica. Imagino que administrar São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, deva ser bem mais difícil.

P — E as pressões? Como sede federal de governo e outras representações desse nível, como fica o poder regional?

JCM — É apenas uma variação de grupos de pressão. O prefeito de uma cidade tem a Câmara de Vereadores, o comércio local, a imprensa, que às vezes, por razões políticas, de grupos, é fortíssima nas críticas. O que há aqui é uma alteração dos grupos de pressão, do tipo de solicitação. Não temos uma Câmara de Vereadores, no entanto, temos demandas muito grandes,

provenientes de órgãos federais, das embaixadas, há um tipo de solicitação muito intensa, próprio do fato de a cidade ainda estar em construção. Um órgão público que construa um bloco em quadra ainda não urbanizada, é natural que tente usar seu prestígio, sua capacidade de pressão para obter do governo local um aceleramento nessa urbanização. Penso, entretanto, que os grupos de pressão de cidades menores do que Brasília exercem influência maior sobre uma prefeitura. Aqui, em termos de impressões, por exemplo, o noticiário nacional e internacional chama mais atenção do que o local, o que permite até que as autoridades locais trabalhem com mais tranquilidade, planejem e executem melhor.

P — Que lugar ocupa, nas preocupações do Governo do Distrito Federal, então, a representação política para Brasília?

JCM — O governador Aimé Lamaison tem repetido isso muitas vezes. Não cabe ao governo do Distrito Federal induzir, deixar de fazê-lo, dizer se é bom ou se é mau ter representação política. E decisão do Congresso Nacional, cabe ao governo do Distrito Federal, apenas, cumprir o que for decidido e não dizer se isso é bom ou mau, não cabe tecer maiores considerações sobre o tema.



A cidade vive seus problemas e procura a distração

No dia dos Pioneiros e na data da inauguração do Memorial ao maior dos pioneiros, A CASA PLANETA S/A saúda a todos quantos, em diferentes atividades, vêm ajudando a construir esta cidade onde todos encontramos a realização dos nossos sonhos e esperanças.



CASA PLANETA DE BRASÍLIA S/A
MAQUINAS FERRAGENS E AGROPECUARIA
CRN QUADRA 704/705
BLOCO C — LOJA 20

FONES: 272-1202 — 272-4152 — 272-1008
272-0008 — 272-3513 — 272-4513

Faria Imóveis

A FARIA IMÓVEIS, UMA DAS FIRMAS PIONEIRAS EM BRASÍLIA PRESTA A SUA HOMENAGEM AO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, PELA SUA TENACIDADE, ARROJO E PERSEVERANÇA COM QUE CONSTRUÍU NO PLANALTO CENTRAL A CIDADE QUE HOJE É A CAPITAL DO PAÍS, ORGULHO DE NOSSA PÁTRIA.

O seu Sócio Titular, Dr. Joaquim de Faria Pereira, como representante do Governo de Goiás, na qualidade de Secretário de Terras e Colonização, acompanhou o General Poli Coelho, durante a sua estada aqui no Planalto estudando o Site onde seria construída a Nova Capital.

Embora com 20 anos de atividades em Goiânia, no ramo imobiliário, a FARIA IMÓVEIS se instalou em Brasília no dia 15/01/1962 aqui permanecendo no mesmo local na Galeria do Hotel Nacional Lojas 46/47.

Pela sua dedicação ao ramo imobiliário, com o conceito e a tradição dos 20 anos em Goiânia, foi convidada pelo Itamaraty para se encarregar de entrar em contato direto com todas as Embaixadas que ainda se achavam instaladas no Rio, os imóveis para suas instalações em Brasília, tarefa esta plenamente executada pela empresa.

A FARIA IMÓVEIS, que sempre acreditou na certeza e no futuro desta cidade, continua a elaborar seus planos voltados para ela e para o ano de 1982, a empresa incrementará as vendas de propriedades suburbanas em Brasília assim como as Rurais de Goiás, cujos lançamentos estão sendo cuidadosamente estudados, dando continuidade para que pessoas, empresas de Brasília, ou de outras capitais possam, através da FARIA IMÓVEIS como orientadora, aplicar com absoluta segurança as suas inversões.

Com seus 39 anos de atividades imobiliárias em Goiás complementadas em Brasília, tornou-se pioneira nas duas capitais, Estado e Distrito Federal, sem nenhuma competidora para sua bagagem de conhecimento e realizações de negócios.

COMPRA - VENDA - ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE IMÓVEIS
ESCRITÓRIO FARIA DE IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO Ltda. CRECI 15 EXT. - 5ª REG. - 00029777/0001-89
GAL. DO HOTEL NACIONAL - Loja 46/47 - Fones: 224-7535 e 224-7530 - Caixa Postal 04-0172 - End. Tel. "FARIA IMÓVEIS"
Sócio fundador da Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal - Brasília - Distrito Federal

Ligue-se na **FM 101,7**
Rádio Jornal de Brasília
A FM da cidade

PEGUE NO AR

Monumento À Coragem Do Povo Brasileiro.



À coragem, à ousadia, à confiança e à fé que nunca abandonaram o brasileiro em todos os momentos desta história. Principalmente o brasileiro que se homenageia hoje, perpetuando sua memória na cidade que ele sonhou, planejou e com o apoio da maioria, construiu.

Slaviero testemunha esta construção continua desde 1958, quando aqui chegou, como uma empresa do ramo madeireiro, e, logo após a inauguração de Brasília transformou-se em um nome respeitado na comercialização de tratores, automóveis, no ramo de supermercados e magazine. Há 23 anos, Slaviero vem, com orgulho, participando deste esforço em transformar Brasília no grande polo gerador de progresso para toda a região.

"Eu gostaria que Brasília cumprisse a finalidade de desenvolver a região centro-oeste, cumprindo plenamente o sonho de D. Bosco e Juscelino" (Waldomiro Slaviero)

GRUPO Slaviero
apoiando esta homenagem mais que justa.



A primeira visita de JK ao planalto central. O político não dispensou o café de uma provável eleitora



As obras do Congresso em 1959

Do sonho de Tiradentes às lágrimas de JK

Se eleito, prometo cumprir rigorosamente a Constituição!

No palanque mal iluminado do interior do Centro-Oeste, o candidato, fazia um grande esforço de oratória para manter a atenção de seu público. Afinal, era uma campanha renhida, de eleições presidenciais. Todo tipo de esforço precisava ser feito. Nesse momento, a pequena cidade de Jataí, entrou definitivamente na história brasileira. Do meio da multidão, uma voz interpelou o candidato: cumprir a Constituição inclusive no que se refere a mudança, da capital federal para o Planalto Central?

A pergunta, feita pelo cidadão Antônio Carvalho Soares, conhecido como Toniquinho, foi res-

pondida afirmativamente pelo candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Primeiro como resposta de político em véspera de eleição, depois como obra de um visionário que acreditou no sonho.

Brasília, assim, nasceu marcada pela coragem anônima de um popular que interpelou um candidato, a presidente e da fixação de um político que, depois de eleito, se dispôs a qualquer tipo de sacrifício para honrar mais do que um compromisso de campanha, para cumprir uma determinação pessoal de interiorizar o desenvolvimento do país. Esse diálogo marcante teve lugar na noite de 4 de abril de 1955.

A idéia, de transferir a capital brasileira para o centro do país não

era nova. Entre as muitas propostas que trazia, a Inconfidência Mineira também pregava a transferência da sede do governo central. Os Inconfidentes queriam uma capital em Minas Gerais e argumentavam que essa seria a única forma de quebrar o isolamento a que a maior parte do país, estava submetido. Eles foram derrotados, mas entre as muitas idéias que defendiam e que depois se tornaram realidade também esta foi levada em frente. E quis a história que outro mineiro fosse o seu executor.

O nome da nova capital igualmente, estava escolhido há muito tempo. Documentos do Império indicam que o Patriarca José Bonifácio doutrina em seus pare-

ceres políticos que a mudança deveria ser feita com rapidez, e que o nome da nova sede do governo deveria ser Brasília. Os governantes imperiais, no entanto, não conseguiram, realizar a tarefa, considerada utópica pelas principais forças políticas brasileiras da época. Além disso, o desconhecimento da região central brasileira não fornecia maiores argumentos nem mesmo aos que, teoricamente, defendiam a interiorização do governo central.

A República veio para repetir o imperial tratamento dispensado à idéia. Mas hábeis, os constituintes republicanos tiveram a preocupação de fazer constar a intenção no texto da Magna Carta. Uma emenda, de autoria do deputado Lauro Muller, provocou um debate sem fim, acalorado, dominado pelas paixões partidárias da época. Finalmente, em 22 de dezembro de 1890, a emenda foi aprovada e a transferência da capital para o Planalto Central foi inscrita definitivamente, entre os preceitos constitucionais brasileiros.

No ano seguinte a nova Constituição ratificou a idéia e o presidente, Marechal Floriano Peixoto, em 1892, determinou a formação de uma comissão com o objetivo de viajar ao Planalto Central e demarcar a área do futuro Distrito Federal. Em sua exposição de motivos, o Marechal de Ferro referiu-se a uma "necessidade inadiável de mudar a capital da União". Por força dessa decisão é que veio para o Planalto Central, a hoje famosa missão Luis Cruls, nome do diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, que chefiou a expedição demarcatória.

A missão veio, trabalhou, fez levantamentos topográficos, descobriu fontes de energia, estimou a fertilidade do solo, descreveu a

um grande programa de desenvolvimento, chamado Marcha para o Oeste. Ao falar sobre o projeto, em Goiânia, referiu-se a obrigatoriedade da instalação, no centro geográfico, do país, de fontes geradoras de expansão econômica. Sobre Brasília, concretamente, não disse qualquer palavra, não fez nenhuma promessa.

Apenas em 1946, no período da redemocratização é que o tema voltou. A mais nova Constituição garantiu a transferência para o Planalto Central e determinou que em curto prazo, fosse constituída nova comissão de técnicos para retomar os primeiros estudos sobre o novo Distrito Federal. O presidente Eurico Gaspar Dutra cumpriu a lei e novo grupo de técnicos foi dirigido pelo general Poli Coelho. A maioria dessa comissão sugeriu a manutenção da zona demarcada por Luis Cruls, derrotada internamente a proposta que queria a cidade no Triângulo Mineiro. Trazida ao Congresso, a discussão ganhou mais força. E o governo Eurico Dutra acabou sem qualquer decisão definitiva sobre o assunto.

Ironicamente, coube ao mesmo Getúlio Vargas — já presidente eleito pelo voto popular — retomar a questão e dar-lhe condições de ser executada. Por decreto, foi criada a Comissão de Localização da Nova Capital, que fez levantamentos aerofotogramétricos detalhados da região. Foi um passo importante que, uma vez mais, esbarrou nos acidentes da história política brasileira. O suicídio de Vargas e os fatos subsequentes da República jogaram novamente no esquecimento o sonho de tirar a capital do Rio de Janeiro. A Comissão, no entanto, continuou existindo e, sob a chefia do marechal José Pessoa, visitou mais uma vez o Planalto Central e sugeriu a área onde hoje está o Distrito Federal. O marechal sugeriu ao presidente Café Filho que baixasse um decreto desapropriando a região. O presidente, não totalmente convencido da necessidade da transferência, não tomou a decisão. A desapropriação da área foi obtida através de decreto estadual, do governador goiano José Ludovico.

O governo de Goiás, inclusive, deu apoio determinante para a construção de Brasília. Identificando os benefícios que a nova capital traria para a região e especialmente para seu Estado, os governantes e políticos goianos, de todos os partidos, travaram inúmeros combates legislativos em busca de apoio à idéia. Presidente eleito, Juscelino Kubitschek contou sempre com o entusiasmo e o trabalho dos goianos em favor de Brasília. Em setembro de 1956, sem maiores solenidades — para não despertar a ira oposicionista o presidente da República assinou a lei que permitia a aceleração dos trabalhos para a construção da capital, criando, entre outras coisas, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap.

O desafio fora lançado. Menos de um ano e meio depois do início em Jataí, o candidato de então preparava-se para cumprir o que prometera ao eleitor simples do interior goiano: executar o que mandava a Constituição e realizar o sonho desenvolvimentista de todos os brasileiros.

Nesse tempo, o presidente JK já estava totalmente dominado pela idéia de construir Brasília. Ele, que no seu Plano de Metas não havia incluído essa tarefa, transformou-a no que chamou de a Meta-Síntese do seu governo. E assim foi, pois a nova capital reuniu em si todos os outros pontos do programa de Juscelino. Estradas, energia, transportes, indústria, geração de empregos, motivação nacional. Tudo o que foi feito pelo país agora por JK, estava sintetizado em Brasília. A partir desta cidade o país começou a mudar radicalmente suas feições. Passou a ser outro Brasil.

Ao decidir-se pela construção de Brasília, JK não conhecia ainda as profecias de Dom Bosco. Tempos depois, ao ler a obra do padre, impressionou-se com a coincidência de seu sonho com o do santo. Crente fervoroso, viu nisso mais um sinal de estímulo, um verdadeiro impulso de fé. Além da argumentação política, a fascinação mística da empreitada foi a fonte maior do apoio que recebeu, do entusiasmo com que milhares de pessoas se entregaram ao trabalho. Brasília, por isso, foi também um ato de amor, de entrega total.

No campo político, as coisas não foram fáceis, também. O projeto de lei da nova capital levou seis meses para ser aprovado. Opositores do presidente, os deputados udenistas não se dispunham a facilitar a tramitação do projeto. Várias vezes ele dormiu nas gavetas dos representantes da UDN. Somente a paciência, a habilidade e a deter-

JK não conhecia as profecias de D. Bosco. Crente fervoroso, depois viu nelas um sinal de estímulo, um impulso da fé

minação de JK poderiam fazer com que o projeto fosse aprovado com tempo suficiente para concluir a obra. O projeto, enfim, foi aprovado pela Câmara, com votos udenistas, principalmente goianos. Na diretoria da Novacap, um dos lugares foi destinado a um representante udenista. O deputado Iris Meinberg foi o primeiro militante da UDN a participar da direção da nova empresa, escolhido pelo presidente, de uma lista tríplice elaborada pelo comando do maior partido oposicionista. Da lista constavam, ainda os nomes dos udenistas Café Filho e Jales Machado.

Tudo definido, JK enfrentaria ainda um novo problema, antes de começar a construção: o pedido de demissão do marechal Pessoa de Queiroz da comissão de localização. O militar queria que a construção se fizesse por etapas. Juscelino, político sensível e conhecedor da história brasileira, sabia que neste país nenhum governante acaba uma obra iniciada por outro. Daí querer começar tudo ao mesmo tempo, para terminar em três anos, transmitir a faixa presidencial a seu sucessor no Palácio do Planalto, sob o céu luminoso do Centro-Oeste. Discordando, o marechal demitiu-se. JK tornou presidente o secretário da comissão, coronel Ernesto Silva, que até hoje vive em Brasília, dedicado agora à paciente tarefa de organizar a memória da cidade.

Durante esse tempo todo, Juscelino não deixou de sobrevoar o Centro-Oeste, especialmente a região do novo Distrito Federal, que ele qualificava como «cenário grandioso, órfão de tudo». Aprovada a lei pelo Congresso, ele resolveu visitar pessoalmente o local, na época conhecido como Sítio Castanho, pela coloração castanha que o identificava nos mapas topográficos. Chegar até lá não era fácil: ia-se de avião até Goiânia, tomava-se um teco-teco para Planaltina e daí, de jipe, chegava-se ao local. O presidente porém, tinha uma surpresa para a comitiva que lhe acompanhava. Em dois meses, o vice-governador de Goiás, Bernardo Sayão, que já era o principal encarregado de desbravar o terreno da nova capital, havia construído um campo de pouso, aberto no meio do cerrado. Foi neste campo improvisado que o velho DC-3 presidencial pousou, assustando seus passageiros, com a aterrissagem cheia de solavancos.

ORAÇÃO PELA PAZ

O Deus,
Do alto, vêm vossas mensagens de paz, amor e bondade.
Do alto, vêm vossos mensageiros de paz, tentando apaziguar as dores de vossos filhos que sofrem.
Do alto, vêm vossas mensagens santas, no sentido de abrir nossos olhos para o mundo de hoje em que vivemos.
Do alto, vêm vossas mensagens de fé, para aqueles que estão vibrando na mesma onda de frequência.
Do alto, vêm nos mandais a chuva, substancial indispensável à nossa sobrevivência terrena.
Do alto, vêm nos iluminar através do astro que criaste.
Do alto, vêm controlar nossas vidas evitando que os planetas se choquem, a fim de salvar os seus filhos indefesos.
Olhando para o alto, podemos ver que nada somos neste planeta, senão vossos servos.
Erguendo nossa cabeça, podemos observar quão poderoso vós sois.
Olhando vossas obras, podemos avaliar o Arquiteto que se formou sem diploma.
O Rei sem coroa com bilhões de seguidores. O Condenado que não cometeu crime, julgado apenas por ter o coração bondoso demais, sacrificado por querer para o próximo e não para si, traído pela sua sinceridade.
O Deus,
Aumentai vossa luz sobre a terra, pois há ainda muita escuridão. Existem pessoas que ainda não vêem sua própria sombra, que ainda não conhecem vossas obras. Não sabem como foram criados. Não sabem de que são dotados. Não sabem o sentido das palavras. Não sabem de que são capazes. Desconhecem os dons que possuem. Não querem se evoluir espiritualmente. Só conhecem o ódio, a vingança, a ofensa, o rancore e a maldade.
O Deus,
Grandiosas são vossas virtudes, vossas obras, vossas dádivas divinas, ao ponto de ter tantos seguidores quanto ao número de estrelas existente no espaço. Por isso, Deus, nosso comandante invisível, guai-nos pelo caminho do bem, não permitis que penetrem em nossas mentes maus pensamentos. Ponde em nossos corações, a bondade, a fé, a razão, a caridade, a simplicidade, a seriedade, a compreensão, a coragem e o amor ao próximo.
O Deus,
Em vossos corações só existe amor. Olhai aqueles que estão em falta deste manancial tão escasso neste planeta! Dai-nos a felicidade pura que tanto almejamos. Deixai que o amor que nos deste, possa ser partilhado, sem no entanto exigir-mos nada em troca, pois como já disseste em outros tempos: "Dai de graça o que de graça receberdes". É baseado neste preceito que vos rogamos: Afastai de nós o rancore, a mágoa, maldade, a tristeza e a hipocrisia. Iluminai nossas mentes para que possamos ver dentro de nós a maravilha que criastes. Uma centelha de vosso amor pode abrasar a terra e tocar os corações congelados pelo ódio, pela vingança, pela arrogância, pela falta de amor ao próximo. Vós nos destes o coração, porém não sabemos fazer uso dele. Só achamos que sua função seja apenas bombar o sangue, nada mais.

Não sabemos o que é sentimento.
Não sabemos o que é ternura.
Não sabemos o que é amor ao próximo.
Não sabemos fazer os outros felizes.
Não sabemos encerrar a verdade. Sabemos que sua função não é pensar, mas permitir senhor, que ele possa sentir quando magoamos alguém, se não podemos fazer alguém feliz, então ofereçamos oportunidade a outros.

INCORPORAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA
SAMANTHA IMÓVEIS
AV. W-3 - Sul - Q. 302 - Bloco B - N.º 51 - Sala 5 - Fones: 224 2424
225 2848 - Brasília - DF

MENSAGEM DO PREGÃO

O Pregão móveis leva a sua mensagem a JK, que soube com determinação, civismo e Liberdade, atingir as mais altas metas de desenvolvimento do país.

O PREGÃO

Um nome de confiança para sua segurança. Compra e venda de móveis novos e usados QNE 06 - Lote 11 - Fone: 561-2579.

CASA ROCHA E POSTO CEILANDIA

HOMENAGEIAM O PIONEIRO JK

COMO PODE UM PEIXE VIVO VIVER FORA DA ÁGUA FRIA. LIBERTAS QUE SERAS TAMEM. Da simplicidade do gesto, da grandeza da batalha empreendida, o reconhecimento dos brasileiros ao líder de todos os tempos. JK.

Hoje, na Ceilândia, todos podem ver de perto o trabalho dos pioneiros, que em conjunto com JK, implantaram a beleza arquitetônica de Brasília.

Nós do POSTO CEILANDIA e CASA ROCHA, não vivemos da lembrança de JK, vivemos ainda, na mesma luta do pioneirismo em função de uma cidade, que ainda está para nascer.

Do exemplo de JK, tiramos a garra, a simplicidade e o orgulho de ser brasileiros.

Ao nosso líder candango e grande estadista brasileiro, nossas homenagens.

CASA ROCHA/POSTO CEILANDIA CEILANDIA

SERRALHERIA IRMÃOS SIQUEIRA LTDA.

INDÚSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS, ESTRUTURAS, CERCAS, TELAS E TUBOS GALVANIZADOS.

NOSSA HOMENAGEM A JK

Entre todas as polêmicas sobre JK, nós da IRMÃOS SIQUEIRA, achamos justo que o principal pioneiro de Brasília seja realmente homenageado pelos irmãos brasileiros que participaram do seu trabalho em função da pátria.

Hoje, a exemplo de todos os pioneiros que construíram Brasília, paramos em sinal de agradecimento, ao brasileiro que sempre, em conjunto com o povo, mostrou sua grandeza de realizações.

QI 09 Lotes 31 a 36 Setor Industrial Taguatinga-Distrito Federal. Telefones: 561-1680 - 562-3675 562-0051 - 562-3660.



A construção da nova capital inaugurou outro ciclo migratório. Trouxe gente para o Planalto deserto e deu alento a quem vivia na desesperança.

Era o dia 2 de outubro de 1956. No avião presidencial estavam, entre outros, os generais Teixeira Lott e Nelson de Melo, Antonio Balbino, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer e muitos técnicos. A equipe responsável por este arvo era composta pelos is Lino Teixeira, Renato Art e Celso Rezende Neves, o or Múcio Scorzelli e o capitão Gama e Souza.

Nesta visita, em um de seus momentos de descanso à beira de um córrego, na mata do Gama, JK quase foi picado por uma jararaca. Passado o susto, escreveu no Livro de Ouro de Brasília sua primeira impressão sobre a região. É a frase célebre, hoje esculpida em concreto, no pequeno museu existente na Praça dos Três Poderes: **Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará no cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.**

A partir daí, o presidente passou a visitar Brasília com maior frequência. Entretanto, por não dispor de alojamento adequado, tinha sempre que voltar ao Rio no mesmo dia. Seus amigos resolveram, então, dar-lhe uma casa no Planalto Central. Em tempo recorde de dez dias, com dinheiro emprestado e projeto de Oscar Niemeyer, foi construído o Catetinho, inaugurado por JK no dia 10 de novembro de 1956, no mesmo dia em que brilhou a primeira luz elétrica na nova capital. Todo de madeira, localizado na antiga Fazenda do Gama, o Catetinho foi o primeiro exemplo da fé inquebrantável e da confiança sem limites daqueles pioneiros. Era uma prova material da disposição que traziam, largando tudo para entrar sem medo o maior desafio da história moderna brasileira.

Conta-se, da construção do Catetinho, histórias incríveis sobre as dificuldades de vencer os obstáculos físicos da região, para conseguir passar com jipes e tratores pelas picadas abertas no meio do cerrado. Tudo para fazer chegar as tábuas e o restante do material que seria empregado na construção da moradia presidencial. A Natureza e a Providência estiveram sempre ao lado dos pioneiros, como no entardecer de um primeiro dia de trabalho, em que choveu granizo quando os homens se preparavam para beber uisque quente.

Depois do Catetinho, veio o ritmo alucinante da construção da cidade, com as primeiras picadas se transformando em estradas, as máquinas e os homens se multiplicando em progressão geométrica, os edifícios aparecendo em

meio a fantásticas nuvens de poeira, os ilustres visitantes internacionais se sucedendo com maior frequência, lançando pedras fundamentais de novas construções. A sorte estava definitivamente lançada. O sonho do presidente e de todos os brasileiros começava, pouco a pouco, a transformar-se em realidade. O novo país, finalmente, surgia do pó e do suor de sua gente.

Três anos e cinco meses após ter assinado a lei de criação da cidade, Juscelino Kubitschek de Oliveira presidiria a cerimônia de inauguração da nova Capital do Brasil. Cerca de trezentas mil pessoas estiveram nas festividades. Turistas, políticos, funcionários públicos, candangos, representantes do corpo diplomático, chefes de Estado, enviados especiais, repórteres, fotógrafos e, sobretudo, brasileiros de todas as unidades da Federação. Gente importante e pessoas humildes, todos queriam ver de perto, ser testemunhas daquela despedida-encontro entre o Brasil velho e o Brasil novo.

Em pouco mais de três anos de trabalho fizera-se uma cidade. Estimava-se em cem mil o número de habitantes de Brasília na época de sua inauguração. Havia sido construídos mais de quinhentos mil metros quadrados de área, sem contar cerca de três mil aparta-

Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais... Antevejo esta alvorada

mentos, construídos pelos institutos de Previdência, autarquias, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e pela Fundação da Casa Popular. Contrariando as expectativas oposicionistas, a cidade começa com condições favoráveis de funcionamento. Os registros da Novacap indicavam a existência de: um ginásio para mais de mil alunos, colégios de freira, clubes, lavanderias, trinta farmácias, trinta e cinco agências bancárias, cinco agências de automóveis, quinze restaurantes, sapatarias, dois supermercados, dez piscinas, cinco hotéis, seis boates, inúmeros bares e dezessete times de futebol.

Num cenário onde pontificavam árvores retorcidas, cobras e uma fauna peculiar, em pouco mais de três anos havia sido erguida uma cidade nova, esplêndida, que levava ao deslumbramento a quantos tiveram a curiosidade de examiná-la com seus próprios olhos. Além dessas condições de habitabilidade, Brasília nascia in-

tegrada ao país e ao mundo, jamais isolada, como insistiam em dizer os partidários da oposição udenista. Havia rede telefônica urbana e interurbana. Os principais edifícios públicos já contavam com mesas PBX. Instalados, também, estavam os sistemas básicos de telefonia e de microondas. A cidade era viva e não fantasma. As condições de acesso e mesmo de sobrevivência aqui ainda não poderiam ser consideradas ideais, longe disso. Mas diante do que se via era impossível dizer que a capital não poderia ter sido transferida.

As dificuldades eram muitas, principalmente para quem estava deixando uma cidade organizada, como o Rio de Janeiro, que durante duzentos anos havia sido sede dos governos nacionais. A pressa com que JK queria fazer a transferência do Rio para Brasília sacudia muita gente, principalmente os que estavam acomodados ao sistema de vida carioca. Por isso, mesmo com a cidade pronta para ser inaugurada e com a determinação de JK em presidir a solenidade da transferência da Capital no dia 21 de abril de 1960, houve problemas para que assim se fizesse.

E bom lembrar que, após assumir, Juscelino, ao mesmo tempo em que se entregava a fazer obras e incentivar o desenvolvimento econômico brasileiro, tinha tomado igualmente a decisão de pacificar o país, lançar os fundamentos de uma estrutura democrática que pudesse perdurar no futuro. Eleito num período político de muitas conturbações, originadas com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, JK, em termos políticos, preocupou-se em fazer da negociação a única forma viável de entendimento entre correntes antagônicas de pensamento. Cuidou de transformar as eleições na única trilha possível de legitimação da representação popular no país. E assim foi feito: houve eleições legislativas na metade do seu governo e eleições presidenciais quando seu mandato estava prestes a expirar. Os dois pleitos, além de terem transcorrido pacificamente, tiveram seus resultados plenamente acatados.

Assim, com um regime funcionando na plenitude da independência de seus três poderes básicos, era natural que a vontade do presidente não se impusesse, fosse criticada, e muitos tentassem, inclusive, derrubar no Congresso os desejos presidenciais. A transferência da Capital do Rio para Brasília foi um exemplo disso. A mudança somente foi autorizada após intensos debates no plenário da Câmara dos Deputados, de intermináveis negociações entre os líderes do Executivo com seus aliados e com a Oposição. Tudo

servia como motivo para atrasar a transferência. Propostas como a do senador Othon Mader, da UDN, feita em 1958 e determinando a transferência apenas em 1970, foram trazidas novamente à cena. A aprovação da mudança ocorreu a 13 de abril de 1960, oito dias antes da data solicitada por JK. O governo do novo Estado da Guanabara, cavale de batalha das discussões partidárias, acabou sendo entregue a um homem apertado, para que ninguém atrasasse mais o projeto de mudança.

O embaixador José Sette Câmara, então chefe da Casa Civil da Presidência da República foi escolhido para governar o novo

Em três anos foram construídos ginásios, clubes, lavanderias, trinta farmácias, 15 restaurantes, dois supermercados

Estado até a realização das eleições para escolha de um governador definitivo. Sua indicação foi providencial para que JK pudesse resolver harmonicamente o problema e garantir sem maiores sustos que a inauguração de Brasília se fizesse conforme as previsões feitas. No dia 21 de abril, homenageando o mártir da Independência, Tiradentes, o fato foi festivamente comemorado. O sonho do alferes revolucionário fora concretizado. Quis o destino que seu executor fosse também um homem nascido nas Minas Gerais.

As 23 horas e 30 minutos do dia 20, em altar armado na praça dos Três Poderes, realizou-se uma missa campal para abençoar a nova Capital. A cruz sob a qual rezaram os representantes da Igreja Católica era a mesma utilizada quatro séculos antes pelos descobridores, na primeira missa rezada no Brasil. Havia sido trazida da diocese de Braga, em Portugal, onde era tida como reliquia. Após a cerimônia, já nos primeiros minutos do dia 21, acenderam-se as luzes da cidade. Um espetáculo indescritível. Brasília, de repente, projetou sua luz intensa sobre o cerrado, iluminando o Planalto Central. Juscelino então chorou.

Tempos depois, ele mesmo narrou esse fato: "Vivendo aquele tumulto de emoções, não conseguia desfazer um aperto que sentia na garganta, e que se refletia até na entonação da minha voz. Quando os ponteiros marcaram 20 minutos do dia 21 de abril, e vi o espetáculo de som e cores que armara no céu e, olhando em torno, vi a multidão contrita e com lágrimas nos olhos, não consegui me conter. Cobri o

rostro com as mãos e, quando dei fé de mim, as lágrimas corriam dos meus olhos".

Os primeiros meses de 1957 foram testemunhas de um até então desconhecido entusiasmo com o trabalho e com uma idéia. Atraídos pela possibilidade de emprego, nordestinos, mineiros, goianos, nortistas e até sulistas abandonavam seus lugares de origem e se deslocavam para aquele pequenino retângulo existente no mapa do Brasil, com a denominação de Distrito Federal. As maiores empresas nacionais da construção civil instalavam seus acampamentos, traziam máquinas e entregavam-se ao ritmo de trabalho de JK: um ritmo alucinante, onde os momentos de descanso eram muito raros. O presidente dera o prazo de três anos para a construção da cidade. Queria inaugurá-la ainda em seu mandato. Para tanto, dispôs-se a fiscalizar pessoalmente o andamento das obras, supervisionar tudo.

Com seu novo avião (trocara o velho DC-3 por um Viscount, mais rápido), cruzava os ares três, quatro vezes por semana para ver de perto como marchavam as coisas. Descia no aeroporto, subia num jipe e sala pelos canteiros de obra. Como necessitava dar expediente no Rio de Janeiro, suas vistorias eram frequentemente feitas à noite. Simples, parava para conversar com o mais humilde dos candangos, para dar um abraço e dizer palavras de estímulo. A ligação de JK com Brasília era apenas a de um Chefe de Governo que determinou a execução de uma tarefa e esperou para vê-la realizada ao fim de um prazo determinado. Ele queria acompanhar pessoalmente tudo, por isso aproveitava todos os momentos livres para ver a gestação da sua cidade. Juscelino conhecia, por dentro, a história de cada metro de cimento de sua Brasília. Sua participação foi fundamental para que tudo saísse conforme o combinado.

O concurso para escolha do projeto do Plano Piloto já havia sido realizado e a proposta de Lúcio Costa aprovada. Para uma idéia ousada, um projeto simples, capaz de traduzir em poucas e despretensiosas linhas o sentimento realmente revolucionário que tomara conta do país a partir do lançamento da pedra fundamental de Brasília. O ano de 1957 assistiu à materialização do sonho de JK e ao detalhamento prático da ousadia teórica de Lúcio Costa, um casamento perfeito entre o gênio do artista e a determinação do político. Brasília passava a ser uma proposta irreversível.

Contam-se, desse período, lendas e histórias fantásticas de materiais de construção transpor-

tados por via aérea, de pessoas que vinham, faziam fortuna rápido às custas do erário público e depois retornavam a seus lugares de origem, deixando obras pela metade, inacabadas. A loucura de JK se transformaria numa gigantesca cidade fantasma, seria o túmulo daquele político que julgava ser o único entre os brasileiros capaz de entender o futuro grandioso que estava a espera do país.

As campanhas contra Brasília foram muito fortes, mas não conseguiram ter êxito. A dedicação com que milhares de brasileiros se entregavam à tarefa de construir a nova capital acabou por neutralizar todos os movimentos contrários à construção. As verificações de contas que foram feitas durante a execução do projeto e depois dele, determinadas estas últimas pelo determinado de um sucessor sem a mesma grandeza de espírito, nada provaram. Ao contrário, o passar do tempo serviu apenas para que os brasileiros ficassem convencidos da validade e da certeza das intenções de JK.

Homem de fé entranhada, Juscelino quis logo que as obras fossem abençoadas pelo espírito religioso. A primeira missa de Brasília, como a primeira missa do Brasil, foi realizada num 3 de maio. O ano de 1957 repetiu a religiosidade dos descobridores do país. Num altar armado ao pé do cruzeiro até hoje existente na cidade, de frente para um imenso toldo sob o qual se abrigavam cerca de quinze mil pessoas, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota rezou a primeira missa de Brasília. O ato, revestido de toda pompa, foi assistido por um público heterogêneo, onde se misturavam políticos, engenheiros, candangos humildes sujeitos de poeira e colunáveis ricamente vestidos. O grand monde do Rio e de São Paulo desfilou sua elegância nesse dia. Para completar o quadro, trazidos da ilha do Bananal, índios Carajás, com suas pinturas de festa, vieram a Brasília homenagear o Grande Chefe Juscelino.

Dom Carmelo Mota destacou a grandiosidade da obra, que nascia sob as bênçãos da Cruz. Juscelino, em discurso, deu mais uma dose de otimismo a quantos se integravam ao projeto. A tarde, depois da missa, mais um sinal de que Brasília surgia protegida por forças superiores; um violento temporal caiu sobre a cidade, derrubando o toldo que havia sido armado para a missa. Já não havia mais ninguém sob ele. O prejuízo foi apenas material, com bancos e altar quebrados pela força da natureza. JK refletiu sobre o acontecido e voltou para o Rio de Janeiro convencido de que contava com apoio divino para realizar sua tarefa.



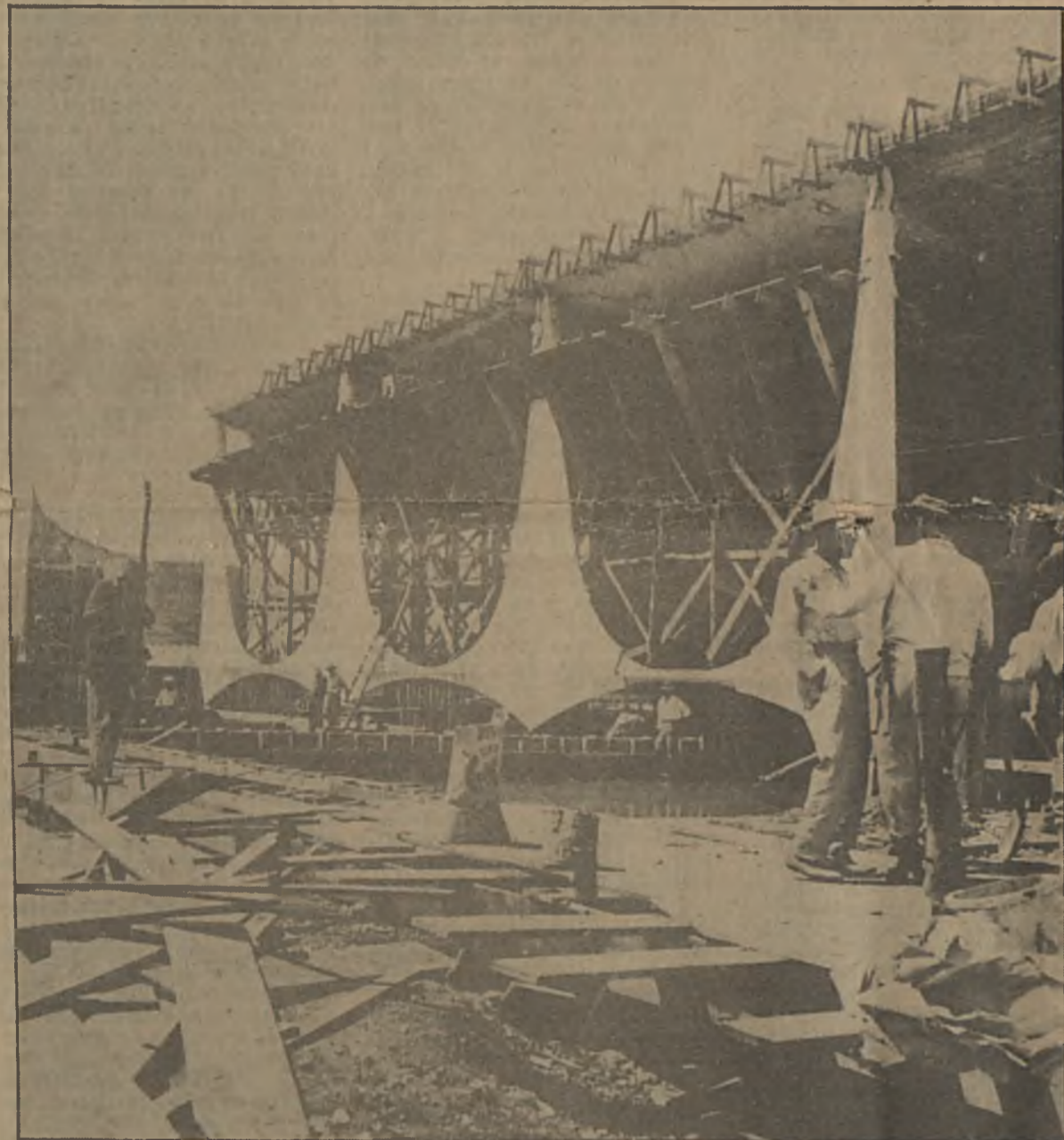
Catetinho: a primeira residência oficial



As meninas: alegria dos candangos



Marco D. Pinto



Do ponto mais alto do Eixo Monumental, a estátua de JK contemplará a antiga solidão do Planalto Central, hoje transformada em fonte das mais importantes decisões do país, como previu o criador da cidade

A última batalha de JK

No final de agosto passado, o Memorial JK sofreu uma tentativa de embargo. Setores identificados como representantes da linha dura fizeram pressões sobre o governo do Distrito Federal para que não permitisse a inauguração da obra. Alegavam esses setores - e isso foi transmitido ao governador Aimé Lamaison - que o monumento principal do Memorial, a haste de concreto que suporta a estátua de Juscelino Kubitschek, lembrava o símbolo do comunismo internacional, a foice e o martelo. A primeira reação foi de surpresa e perplexidade.

Surpresa ante o inusitado da comparação, perplexidade pela constatação de que, tantos anos depois, uma homenagem ao fundador de Brasília ainda pudesse despertar velhos ressentimentos. De um ridículo atroz, a comparação mesmo assim ganhou as ruas e a pressão sobre as autoridades locais fez-se mais intensa. Exigia-se, não se sabe em nome de que princípios, uma alteração do projeto já concluído, produto da inspiração do arquiteto Oscar Niemeyer, responsável por tantos outros projetos de Brasília, alguns dos mais localizados no Setor Militar Urbano.

As pressões, no entanto, encontraram resistência. Na população, nos meios artísticos, políticos e nas próprias Forças Armadas. O assunto acabou na mesa do Presidente da República,

após ouvir o governo do Distrito Federal, determinou que os compromissos assumidos fossem honrados e o Memorial JK inaugurado conforme seu projeto original. Juscelino, finalmente, poderá receber as homenagens da cidade que imaginou e construiu.

Ninguém poderia imaginar que, dezoito meses depois, a obra quase pronta, se visse ameaçada de embargo. As mesmas forças que não entenderam JK quando ele promovia a pacificação nacional, anistiava incondicionalmente os golpistas que não queriam dar-lhe posse na Presidência da República, acabava com qualquer tipo de censura à imprensa, arrancava o país de sua letargia e dava-lhe ânimo, personalidade, de repente, quisera negar à cidade e ao país o direito de homenagear a Juscelino.

A obra, do genial arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, cumpriu todas as exigências formais requeridas para esse tipo de trabalho. O projeto, com todos os seus detalhes, foi submetido ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. No Conselho, o projeto foi distribuído ao superintendente da Terracap, Eni de Castro, um coronel da reserva absolutamente identificado com a revolução de março de 1964. O parecer, favorável, deflagrou a construção da obra.

O terreno onde está o Memorial JK foi doado pelo Governo do Distrito Federal. A Fundação que construiu e ficará de gestora do Memorial foi declarada de utilidade pública, por decreto presidencial. O próprio presidente João Figueiredo contribuiu de seu bolso para o projeto, da mesma forma com que o fizeram outros ministros, autoridades e políticos ligados ao governo. Os governos estaduais votaram verbas para o Memorial. De todos os cantos do país houve manifestações oficiais a favor da obra. O povo não deixou sozinho aquele que soube como ninguém entender e engrandecer o país.

Como todas as obras que trazem a marca da personalidade de JK, também ao Memorial foi estabelecido um prazo curto para sua construção e inauguração. E, igual as outras vezes, o prazo foi cumprido à risca. Na última quinzena, no entanto, as forças de oposição brotaram novamente com força. Olhos insensíveis passaram a ver no monumento principal do Memorial o símbolo internacional do comunismo. A haste de concreto que sustenta a estátua de JK, dependendo da posição solar, projetaria uma sombra igual a uma foice. A estátua, depois de colocada, seria o martelo que estava faltando para completar o símbolo tão temido.

Com essas conclusões na

cabeça deflagraram um movimento para que a obra fosse embargada, a inauguração adiada, o projeto modificado. Rápidos na passagem da teoria à prática esses mesmos setores começaram a pressionar o Governo do Distrito Federal para que acionasse sua Secretaria de Viação e Obras e impedisse a inauguração marcada para este sábado. Fizeram pressões tão fortes que a estátua de JK não subiu no dia combinado.

Invocaram-se razões técnicas para a impossibilidade, mas ninguém conseguiu ocultar a existência de um impasse, com profundas razões políticas em suas origens. Houve a contrapressão. Militares passaram a dar declarações insistentes de que a obra de arte tinha muitas interpretações, de uma boca aberta a uma clave de Fã. Nunca um símbolo comunista. Os setores que pressionavam começaram a recuar diante do bom-senso da maioria e da determinação de dona Sarah em inaugurar o Memorial no dia prometido. O arquiteto Oscar Niemeyer, vítima histórica da intolerância desses grupos, igualmente exigiu um pouco mais de respeito a seu trabalho.

O golpe mortal veio pela palavra incontestável do presidente da República. Ao consultar o governador do Distrito Federal, e dele ouvir extenso relato sobre a obra e a necessi-

dade de que ela fosse inaugurada como foi projetada e feita, Figueiredo não demorou em decidir-se: determinou a inauguração do Memorial no dia marcado, como foi construído. A firmeza do presidente selou a sorte dos grupos que queriam negar a JK o direito de ser homenageado na cidade que construiu, pelo povo que sempre esteve a seu lado.

A decisão do presidente Figueiredo recolocou o país no caminho do bom-senso e da tolerância. Afinal, fazer deste país uma Democracia significa, também, conviver com ideias contrárias a quem dirige o país no momento, como fazia Juscelino Kubitschek. Figueiredo resgatou o compromisso assumido pelo GDF.

No auge do impasse sobre o monumento, quando se discutia em todos os níveis o sobre-não-sobre da estátua de Juscelino para o pedestal de concreto, muitas histórias correram o Planalto Central. Uma delas, de uma roda de candangos, interpretou com fidelidade o sentimento que dominava Brasília: "no saber que havia gente interessada em não permitir a homenagem a JK entre o espanto e a impotência, um homem humilde, igual aos milhares que vieram para cá ajudar a construir a nova Capital, comentou, essa indignidade não poderá ser cometida contra JK. Se for preciso, a gente faz como muitas vezes fez durante a cons-

trução, junta uma meia-dúzia e sobe a estátua dele no braço.

Como no dia de sua morte, quando tentaram por o caixão de Juscelino num carro de bom beiros, o povo não deixou e, aos gritos de JK vai com o povo, levou-o até o Campo da Esperança. Com tantos sentimentos favoráveis a Juscelino, foi impossível embargar o Memorial. Depois da decisão presidencial, não houve mais nenhum problema técnico. A estátua, de quatro toneladas e meia, subiu normalmente, sem problemas. Com o braço erguido, como a abençoar a cidade que fundou, JK ficará no ponto mais alto de Brasília, contemplando tudo o que ocorrer no Planalto Central, por ele preconizado como palco das grandes decisões do país.

Depois de inaugurado, o Memorial JK funcionará como museu e estará aberto à visitação pública. Nele, além de objetos pessoais, do arquivo particular e de uma infinidade de documentos e testemunhos pioneiros sobre Brasília, permanecerão em câmara ardente os restos mortais do ex-presidente da República. Após repousar durante cinco anos no Campo da Esperança, onde sempre recebeu homenagens póstumas de pioneiros e viajantes, o corpo de Juscelino Kubitschek terá um novo e definitivo lugar de descanso: o Memorial que a Nação ajudou dona Sarah a construir.